



DIÁRIO OFICIAL

Diário Oficial dos Municípios do Estado do Maranhão



Índice

Prefeitura Municipal de Anapurus	3
Prefeitura Municipal de Araiões	3
Prefeitura Municipal de Bacabeira	4
Prefeitura Municipal de Benedito Leite	5
Prefeitura Municipal de Carolina	10
Prefeitura Municipal de Fortaleza dos Nogueiras	10
Prefeitura Municipal de Jatobá	11
Prefeitura Municipal de Mirador	16
Prefeitura Municipal de Nova Iorque	26
Prefeitura Municipal de Santa Rita	27
Prefeitura Municipal de São Francisco do Brejão	28
Prefeitura Municipal de São José dos Basílios	29
Prefeitura Municipal de Senador La Rocque	30
Prefeitura Municipal de Tutóia	31

EXPEDIENTE

CARGO	PREFEITO	MUNICÍPIO
PRESIDENTE	CLEOMAR TEMA CARVALHO CUNHA	TUNTUM
1º VICE-PRESIDENTE	DJALMA MELO MACHADO	ARARI
2º VICE-PRESIDENTE	HAMILTON NOGUEIRA ARAGÃO	SÃO MATEUS
SECRETÁRIO-GERAL	JURAN CARVALHO DE SOUZA	PRESIDENTE DUTRA
1º SECRETÁRIO	EMMANUEL DA CUNHA SANTOS AROSO NETO	ALTO ALEGRE DO MARANHÃO
2º SECRETÁRIO	ERLANIO FURTADO LUNA XAVIER	IGARAPÉ GRANDE
TESOUREIRO-GERAL	HENRIQUE CALDEIRA SALGADO	PINDARÉ - MIRIM
1º TESOUREIRO	WELLRIK CARVALHO DE SOUZA	BARRA DO CORDA
2º TESOUREIRO	JOÃO LUCIANO SILVA SOARES	PINHEIRO
DIRETOR DE EDUCAÇÃO	VALMIRA MIRANDA DA SILVA BARROS	COLINAS
DIRETOR DE SAÚDE	ROMILDO DAMASCENO SOARES	TUTÓIA
DIRETOR DE ASSISTENCIA SOCIAL	VALÉRIA MOREIRA CASTRO	PRESIDENTE SARNEY
DIRETOR DE MEIO AMBIENTE	JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA BARROS	VARGEM GRANDE
DIRETOR DE CULTURA	CONCEIÇÃO DE MARIA PEREIRA CASTRO	S. VICENTE FERRER
DIRETOR DE ORÇ. FINANÇAS	GLEYDSON RESENDE DA SILVA	BARÃO DE GRAJAÚ
DIRETOR DE SEGURANÇA	FRANCISCO DANTAS RIBEIRO FILHO	ALTO ALEGRE DO PINDARÉ
DIRETOR JURÍDICO	TIAGO RIBEIRO DANTAS	FEIRA NOVA DO MARANHÃO
DIRETOR INFRA-ESTRUTURA	ARQUIMEDES A. BACELAR	AFONSO CUNHA
REPRESENTAÇÃO EM BRASÍLIA - DF	DOMINGOS COSTA CORREA	MATÕES DO NORTE
CONSELHO FISCAL - EFETIVO	JOSÉ AGUIAR RODRIGUES NETO	NINA RODRIGUES
	ANTONIO JOSÉ MARTINS	BEQUIMÃO
	LUIS MENDES FERREIRA FILHO	COROTÁ
CONSELHO FISCAL - SUPLENTE	LAHESIO RODRIGUES DO BONFIM	SÃO PEDRO DOS CRENTES
	ADELBASTO RODRIGUES SANTOS	SÃO FRANCISCO DO MARANHÃO
	LAÉRCIO COELHO ARRUDA	LAGO DA PEDRA

Prefeitura Municipal de Anapurus**AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2018**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2018. PROCESSO Nº 14051631/2018-PMA. A Prefeitura Municipal de Anapurus - MA, através de seu pregoeiro, torna público aos interessados que realizará às **09:30 horas(horário local) do dia 12 de Junho de 2018**, na sala de reunião da Comissão Permanente de Licitação, Av. João Francisco Monteles, nº 2001 - Centro, nesta cidade, na modalidade Pregão Presencial, tipo menor preço, para **Contratação de empresa para aquisição de lanches e produtos de panificação de interesse da Administração Pública de Anapurus/MA**, conforme Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993. O Edital e seus Anexos estão à disposição dos interessados no endereço da CPL, Av. João Francisco Monteles, nº 2001 - Centro - Anapurus/MA, de segunda à sexta-feira, no horário das 8h às 12h, onde poderão ser consultados gratuitamente ou obtidos mediante o recolhimento da importância de R\$ 20,00 (vinte reais), feito exclusivamente, através do Doc. de Arrecadação Municipal - DAM, emitido pela Secretaria Municipal de Arrecadações e Tributos. Anapurus (MA), 29 de Maio de 2018. **LUCIANO DE SOUZA GOMES/Pregoeiro.**

Autor da Publicação: Luciano de Souza Gomes

Prefeitura Municipal de Araiões**DECRETO NR. 010/2018**

DECRETO Nº. 010, DE 29 MAIO DE 2018.

Dispõe sobre a Comissão Municipal de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARAIOSES, no uso de suas atribuições legais e;

CONSIDERANDO o disposto na Portaria SEAS/MPAS nº. 458/2001 da Secretaria de Estado de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e na Portaria nº. 666/2005 do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;

CONSIDERANDO as orientações técnicas de gestão do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil no SUAS, emitidas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;

DECRETA:

Art. 1º. Fica criada a Comissão Municipal de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, de caráter propositivo e consultivo, vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social, com a finalidade de apoiar o órgão gestor da Assistência Social na articulação intersetorial e interinstitucional com vistas ao enfrentamento ao trabalho infantil.

Art. 2º. A Comissão Municipal de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil será composta por representantes dos seguintes órgãos e conselhos:

- I - 03 (três) da Secretaria Municipal de Assistência Social;
- II - 01 (um) da Secretaria Municipal de Agricultura;
- III - 01 (um) da Secretaria Municipal de Saúde;
- IV - 01 (um) da Secretaria Municipal de Educação;
- V - 01 (um) da Secretaria Municipal de Cultura;
- VI - 01 (um) do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- VII - 01 (um) do Conselho Tutelar.

§1º. Cada membro terá um suplente, que o substituirá em suas ausências e impedimentos.

§2º. Os membros titulares e seus respectivos suplentes serão indicados pelos Secretários Municipais e presidentes dos Conselhos que compõem a comissão.

§3º. Os responsáveis por indicar os membros desta Comissão deverão comunicar, por ofício, à Secretaria de Assistência Social, sempre que houver necessidade de alteração do respectivo representante.

§4º. A Comissão terá um coordenador e um secretário indicados pela Secretária Municipal de Assistência Social.

§5º. A Secretária Municipal de Assistência Social, através de Portaria, nomeará os membros da Comissão.

Art. 3º. A Comissão Municipal de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil tem as seguintes atribuições, sem prejuízo de outras:

- I - contribuir nos processos de identificação de crianças e adolescentes em situação de trabalho, inclusive de suas piores formas, além de sugerir e apoiar a realização de estudos ou diagnósticos sobre trabalho infantil;
- II - articular-se com diferentes atores e setores da sociedade, contribuindo na sensibilização e mobilização para a erradicação do trabalho infantil;
- III - contribuir na elaboração dos planos locais de enfrentamento ao trabalho infantil;
- IV - propor ações e estratégias regionais e intersetoriais para o enfrentamento das piores formas de trabalho infantil, quando a realidade requerer soluções em âmbito regional;
- V - mapear, conhecer e acompanhar, no que couber, os serviços socioassistenciais e as ações das diversas políticas públicas que tenham foco na prevenção e erradicação do trabalho infantil;
- VI - colaborar com a elaboração de documentos, como protocolo, pacto, que definam fluxos, responsabilidades e mecanismos de monitoramento e avaliação interinstitucional e intersetorial no tocante ao enfrentamento do trabalho infantil;
- VII - apoiar o gestor da Assistência Social na articulação de parceria com a rede de promoção e proteção dos direitos da criança e do adolescente, no sentido de ampliar as oportunidades de inserção de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil nas atividades socioeducativas da comunidade;
- VIII - atuar dentro de sua competência e encaminhar aos setores competentes proposições, denúncias e reclamações sobre o enfrentamento ao trabalho infantil no âmbito dos serviços socioassistenciais e das diversas políticas públicas;
- IX - contribuir com os Conselhos de Assistência Social e dos Direitos da Criança e do Adolescente na elaboração de diretrizes sobre o enfrentamento ao trabalho infantil em âmbito local;
- X - acompanhar as informações disponibilizadas no SIMPETI para contribuir com o aperfeiçoamento da gestão do sistema;
- XI - acompanhar as estatísticas de trabalho infantil no local, verificando a relação destas com o registro no CadÚnico e o número de

famílias inseridas no SCFV;

XII – comunicar à coordenação ou pessoa de referência do PETI na PSE e ao gestor do PBF os casos de famílias beneficiárias que mantêm suas crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil em sua localidade;

XIII – manter permanente interlocução com o gestor do PBF com vistas a contribuir com a integração PETI e PBF;

XIV – manter frequência mínima de uma reunião mensal para tratar de questões pertinentes ao enfrentamento ao trabalho infantil, mantendo em arquivos os registros dos resultados;

XV – comunicar e encaminhar ao gestor municipal da Assistência Social e do PBF os casos de famílias potenciais para a inclusão no PETI.

Art. 4º. Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araisos, Estado do Maranhão, em 29 de maio de 2018.

CRISTINO GONÇALVES DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Autor da Publicação: RAFAEL GOMES LEAL

Prefeitura Municipal de Bacabeira

RESENHA DO CONTRATO Nº 005/2018/SEMAF - RESULTANTE DO PREGÃO PRESENCIAL EM SRP Nº 003/2018/SEMAF

OBJETO: o fornecimento de materiais de consumo para atender às necessidades do município de Bacabeira – MA. **PARTES: Secretaria Municipal de Finanças**, inscrita no C. N. P. J. Nº: 01.611.396/0001-76 e a empresa **E. SILVA DA SILVA**, inscrita no C. N. P. J. Nº: 10.809.547/0001-96. **BASE LEGAL:** Lei Federal Nº: 8.666/93, Lei Federal Nº: 10.520/2002, Decreto Federal Nº: 3.555/2000, da Lei Complementar Nº: 123/2006, Decreto Federal Nº: 7892/13, alterado pelo Decreto Federal Nº: 8.250/14 e demais normas regulamentares pertinentes à espécie. **VALIDADE DO CONTRATO:** O presente contrato iniciar-se-á na data de sua assinatura e terá vigência até 31 de dezembro de 2018. **RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:** 02; 01; 04; 04.122; 04.122.0003; 04.122.0003.2009; 04.122.0003.2009 – 3.3.90.30; 03; 12; 12.361; 12.361.0019; 12.361.0019.2035; 12.361.0019.2035 – 3.3.90.30; 07; 10; 10.122; 10.122.0003; 10.122.0003.2009; 10.122.0003.2009 – 3.3.90.30. **VALOR DO CONTRATO:** R\$ 385.869,29 (trezentos e oitenta e cinco mil e oitocentos e sessenta e nove reais e vinte e nove centavos). **FORO:** Comarca de Rosário – MA. **ASSINATURAS:** Srª. Célio Teixeira de Almeida (**CONTRATANTE**) e Srª. Eliza Silva da Silva (**DETENTOR DO CONTRATO**). BACABEIRA – MA, 20 DE MARÇO DE 2018.

Autor da Publicação: JOAO FLORENCIO MONTEIRO NETO

RESENHA DO CONTRATO Nº 006/2018/SEMS - RESULTANTE DO PREGÃO PRESENCIAL EM SRP Nº 003/2018

OBJETO: o fornecimento de materiais de consumo para atender às necessidades do município de Bacabeira – MA. **PARTES: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS**, inscrita no C. N. P. J. Nº: 11.304.010/0001-37 e a empresa **E. SILVA DA SILVA**, inscrita no C. N. P. J. Nº: 10.809.547/0001-96. **BASE LEGAL:** Lei Federal Nº:

8.666/93, Lei Federal Nº: 10.520/2002, Decreto Federal Nº: 3.555/2000, da Lei Complementar Nº: 123/2006, Decreto Federal Nº: 7892/13, alterado pelo Decreto Federal Nº: 8.250/14 e demais normas regulamentares pertinentes à espécie. **VALIDADE DO CONTRATO:** O presente contrato iniciar-se-á na data de sua assinatura e terá vigência até 31 de dezembro de 2018. **RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:** 02; 21; 10; 10.301; 10.301.0024; 10.301.0024.2039; 10.301.0024.2039 – 3.3.90.30; 21; 10.302; 10.302.0024; 10.302.0024.2045; 10.302.0024.2045 – 3.3.90.30. **VALOR DO CONTRATO:** R\$ 577.956,09 (quinhentos e setenta e sete mil e novecentos e cinquenta e seis reais e nove centavos). **FORO:** Comarca de Rosário – MA. **ASSINATURAS:** Srª Jefferson Silva Calvet (**CONTRATANTE**) e Srª. Eliza Silva da Silva (**DETENTOR DO CONTRATO**). BACABEIRA – MA, 20 DE MARÇO DE 2018.

Autor da Publicação: JOAO FLORENCIO MONTEIRO NETO

RESENHA DO CONTRATO Nº 007/2018/SEMAS - RESULTANTE DO PREGÃO PRESENCIAL EM SRP Nº 003/2018

OBJETO: o fornecimento de materiais de consumo para atender às necessidades do município de Bacabeira – MA. **PARTES: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS**, inscrita no C. N. P. J. Nº: 18.250.921/0001-78 e a empresa **E. SILVA DA SILVA**, inscrita no C. N. P. J. Nº: 10.809.547/0001-96. **BASE LEGAL:** Lei Federal Nº: 8.666/93, Lei Federal Nº: 10.520/2002, Decreto Federal Nº: 3.555/2000, da Lei Complementar Nº: 123/2006, Decreto Federal Nº: 7892/13, alterado pelo Decreto Federal Nº: 8.250/14 e demais normas regulamentares pertinentes à espécie. **VALIDADE DO CONTRATO:** O presente contrato iniciar-se-á na data de sua assinatura e terá vigência até 31 de dezembro de 2018. **RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:** 02; 20; 08; 08.244; 08.244.0003; 08.244.0003.2009; 08.244.0003.2009 – 3.3.90.30. **VALOR DO CONTRATO:** R\$ 193.799,13 (cento e noventa e três mil e setecentos e noventa e nove reais e treze centavos). **FORO:** Comarca de Rosário – MA. **ASSINATURAS:** Srª Fábio Eduardo de Oliveira Torres (**CONTRATANTE**) e Srª. Eliza Silva da Silva (**DETENTOR DO CONTRATO**). BACABEIRA – MA, 20 DE MARÇO DE 2018.

Autor da Publicação: JOAO FLORENCIO MONTEIRO NETO

RESENHA DO CONTRATO Nº 008/2018/SEMED - RESULTANTE DO PREGÃO PRESENCIAL EM SRP Nº 003/2018

OBJETO: o fornecimento de materiais de consumo para atender às necessidades do município de Bacabeira – MA. **PARTES: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO / FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, inscrita no C. N. P. J. Nº: 01.611.396/0001-76 e a empresa **E. SILVA DA SILVA**, inscrita no C. N. P. J. Nº: 10.809.547/0001-96. **BASE LEGAL:** Lei Federal Nº: 8.666/93, Lei Federal Nº: 10.520/2002, Decreto Federal Nº: 3.555/2000, da Lei Complementar Nº: 123/2006, Decreto Federal Nº: 7892/13, alterado pelo Decreto Federal Nº: 8.250/14 e demais normas regulamentares pertinentes à espécie. **VALIDADE DO CONTRATO:** O presente contrato iniciar-se-á na data de sua assinatura e terá vigência até 31 de dezembro de 2018. **RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:** 02; 18; 12; 12.361; 12.361.0019; 12.361.0019.2033; 12.361.0019.2033 – 3.3.90.30. **VALOR DO CONTRATO:** R\$ 770.152,12 (setecentos e setenta mil e cento e cinquenta e dois reais e doze centavos). **FORO:** Comarca de Rosário – MA. **ASSINATURAS:** Srª Célio Teixeira de Almeida (**CONTRATANTE**) e Srª. Eliza Silva da Silva (**DETENTOR DO CONTRATO**). BACABEIRA –

MA, 20 DE MARÇO DE 2018.

Autor da Publicação: JOAO FLORENCIO MONTEIRO NETO

DECRETO Nº15/2018 - DISPÕE SOBRE O ESTADO DE EMERGÊNCIA, EM RAZÃO DA GREVE DOS CAMINHONEIROS

A **PREFEITA DO MUNICÍPIO DE BACABEIRA/MA**, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica do Município. **CONSIDERANDO**, a paralisação nacional dos caminhoneiros que acarretou o desabastecimento parcial de combustível no município; **CONSIDERANDO**, a necessidade da manutenção dos serviços públicos essenciais, em função do interesse público nos casos de situação de emergência; **CONSIDERANDO**, as normas constitucionais vigentes, bem como, o artigo 24, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/1993 e demais dispositivos legais pertinentes. **DECRETA: Art. 1º** - Fica decretado o estado de emergência decorrente da situação anormal produzida pela paralisação dos caminhoneiros e da escassez de combustível, produtos alimentícios, e hospitalares no município de Bacabeira, aptas a afetar a tranquilidade e a continuidade dos serviços públicos essenciais do município. **Art. 2º** - O abastecimento para serviços essenciais de ambulâncias, transporte de alunos, merenda escolar, limpeza e segurança pública e defesa civil ocorrerá de forma regular, através de armazenagem própria do Poder Executivo, bem como, por meio de abastecimento dos veículos oficiais diretamente nos postos de combustíveis instalados no município. **Art. 3º** - Os demais serviços e os administrativos que dependam de utilização de veículos só ficarão autorizados, mediante a justificativa dos Secretários das respectivas Pastas que analisarão a sua essencialidade e emergência, ratificada pelo Chefe do Executivo. **Art. 4º** - A emergência declarada nos termos do art. 1º autoriza a adoção de todas as medidas administrativas necessárias à contenção da demanda de urgência, em especial, aquisição pública de medicamentos, insumos e materiais e a contratação de serviços estritamente necessários ao atendimento da situação emergencial, de acordo com o que preceitua o art. 24, IV, da Lei federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993. **Art. 5º** - De acordo com o artigo 167, § 3º da CF/88, é admitida ao Poder Público em Situação de Emergência a abertura de crédito extraordinário para atender a despesas imprevisíveis e urgentes. **Art. 6º** - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura. Bacabeira - MA 25 de maio de 2018.

CARLA FERNANDA DO REGO GONÇALO - PREFEITA MUNICIPAL

Autor da Publicação: JOAO FLORENCIO MONTEIRO NETO

Prefeitura Municipal de Benedito Leite

ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/ 2018 - SRP

Processo Administrativo nº 014/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇO

REGISTRO Nº 007/2018

Aos vinte e oito dias do mês de maio do ano de dois mil e dezoito, autorizado pelo processo de PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2018 - SRP foi expedida a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o disposto no artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações, na Lei Federal nº. 10.520 de 17/07/2002, no Decreto Federal nº.

7892/2013 e no Decreto Municipal nº 009/2017 que, conjuntamente com as condições adiante estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre a Administração Municipal e a Licitante Vencedora.

OBJETO: Registro de Preços para contratação de pessoa jurídica para fornecimento parcelado de material de construção, elétrico, hidráulico, sanitário e ferramentas, para todas as unidades da Prefeitura, conforme especificações do Anexo I do presente Edital.

I - Consideram-se registrados os preços do Gerenciador da Ata: Comissão Permanente de Licitação - CPL, com sede na sede da Prefeitura situada à Rua 07 de Setembro, 03, Centro, Benedito Leite/MA, a saber:

VALIDADE DA ATA: 12 (doze) meses a contar da data da assinatura.

Integram esta Ata, o respectivo instrumento convocatório e seus anexos, bem como as propostas das empresas vencedoras do certame.

Esta Ata de Registro de Preços e as futuras contratações obedecerão ao disposto no Decreto Federal nº. 7892/2013 e no Decreto Municipal nº 009/2017 que regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no âmbito municipal.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E FORNECEDORES

O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade e as demais condições ofertadas na (s) proposta(s) são as que seguem:

1º FORNECEDORES REGISTRADOS

FORNECEDOR: P H B SANTANA COMERCIO E SERVIÇO LTDA, CNPJ SOB O Nº 04.096.016/0001-09

DO OBJETO E DO PREÇO REGISTRADO				
ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	UNID.	QUANT. TOTAL	PREÇO UNIT. ITEM
LOTE I				
1	Base (bocal) E-27	UNID	300	8,00
2	Base (bocal) E-40	UNID	200	9,00
3	Base externa p/ relé	UNID	100	14,70
4	Braço p/ luminária 1000 mm	UNID	150	29,00
5	Cabo multiplexado 1x10x10mm	M	1000	7,10
6	Cabo multiplexado 3x1x16mm	M	500	9,00
7	Cabo PP 2 x 10mm	M	300	13,00
8	Cabo PP 2x2,5mm	M	300	7,00
9	Cabo PP 2x6mm	M	300	11,00
10	Cabo flex 750v 2,5mm fase VERMELHO 100mts	ROLO	20	130,00
11	Cabo flex 750v 2,5mm NEUTRO (azul ou branco) 100mts	ROLO	20	130,00
12	Cabo flex 750v 2,5mm TERRA (verde ou amarelo) 100mts	ROLO	20	147,00
13	Porca quadrada rosca m 16x2 c/ parafuso	UNID	50	13,00
14	Relé foto eletrônico-NA	UNID	60	28,70
15	Relé foto eletrônico para comando individual, tipo nF com tensão de alimentação entre 105V e 305V - frequência 60HZ, (fase fase e fase neutro), consumo menor que 1,2W, medindo em 220V com carga nominal 1800VA.	UNID	50	36,50
16	Suporte tecnowatt B-10 NF C.100W	UND	20	37,10
LOTE II				
1	Lâmpadas vapor de sódio 400 w	UNID	50	67,00
2	Lâmpadas vapor de sódio 250 w	UNID	100	60,00
3	Lâmpadas vapor de sódio 70 w	UNID	100	35,00
4	Lâmpadas metálicas 250w	UNID	50	78,00
5	Lâmpadas metálicas 70w	UNID	50	68,00
6	Lâmpada metálica 150w	UNID	50	53,00
7	Reator vapor de sódio 70w	UNID	100	86,00
8	Reator vapor sódio 250 w	UNID	100	113,00

9	Reator metálico 400 w	UNID	50	145,00
10	Reator metálico 70w	UNID	50	91,00
11	Reator metálico 250 w	UNID	50	110,00
12	Reator metálico 150w	UNID	50	100,00
	LOTE III			
1	LUMINÁRIA OVAL BRAÇO 1,03M C/ BOCAL	UNID	100	56,00
2	PARAFUSOS 150 GALVANIZADO 30CM	UNID	100	13,35
3	RELÉ FOTOCÉLULA COM BASE	UNID	80	28,00
4	ARMAÇÃO SECUNDARIA 2 ESTRIBOS GALVANIZADA GRANDE	UNID	50	14,00
5	ATERRAMENTO DE 2MTS	UNID	50	15,00
6	CABO FLEXIVEL 1,5 MM	M	500	0,85
7	CABO FLEXIVEL 1,0 MM	M	500	0,75
8	CABO FLEXIVEL 2,5 MM	M	500	1,40
9	CABO FLEXIVEL 4,00 MM	M	500	2,10
10	CABO FLEXIVEL 6,00 MM	M	500	3,05
11	CABO PP 2x2,5M	M	500	3,60
	LOTE IV			
1	CAIXA DE LUZ MONOFÁSICA	UNID.	50	50,00
2	CAIXA PARA TOMADA 4X2 CN90	UNID.	50	1,10
3	CANAleta PVC	UND	80	5,50
4	CLIPS P/ INSTALAÇÃO ELÉTRICA MONOFÁSICA	UNID.	100	0,25
5	CONECTOR ALUMINIO c/ 01 PARAFUSO	UNID.	50	6,00
6	CORDÃO PARALELO 2x1,5MM	PÇ	20	168,00
7	DISJUNTOR MONOFASICO 20A	UNID.	20	10,00
8	DISJUNTOR MONOFASICO 30A	UNID.	20	10,50
9	DISJUNTOR TRIFÁSICO 30A	UNID.	20	52,00
10	DISJUNTOR TRIFÁSICO 50A	UNID.	20	66,00
11	ELETRODUTO FLEXIVEL 3/4POL (25MM)	MTS	30	1,40
12	ELETRODUTO FLEXIVEL 1POL (32MM)	MTS	30	2,50
13	ELETRODUTO FLEXIVEL.1/2 pol (20MM)	MTS	30	1,20
14	ELETRODUTO ROSCADO 3/4 BARRA c/3M	UNID.	30	10,00
15	ELETRODUTO ROSCADO 32 BARRA c/3M	UNID	30	12,00
16	EXTENÇÃO ELÉTRICA 10M	UNID	20	38,00
17	FITA ISOLANTE DE ALTA TENSÃO 18MMx 20MTS	UNID	30	29,00
18	FITA ISOLANTE DE BAIXA TENSÃO 18MM x 20MTS	UNID	100	6,00
19	INTERRUPTOR 1TECLA 4x2 IMBUTIDO	UNID	50	4,00
20	INTERRUPTOR 1TECLA SOBREP	UNID	50	9,00
21	INTERRUPTOR 2TECLA 4x2 IMBUTIDO	UNID	50	7,00
22	INTERRUPTOR 2TECLA+TOM. IMBUTIDO	UNID	50	11,00
23	INTERRUPTOR 3TECLA 4x2 IMBUTIDO	UNID	50	13,00
24	LÂMPADA FLUORESCENTE ELETRÔNICA 20W	UNID	50	12,00
25	LAMPADA FLUORESCENTE 15W C/ ROSCA	UNID	100	11,00
26	LAMPADA FLUORESCENTE 25W C/ ROSCA	UNID	100	13,70
27	LÂMPADA FLUORESCENTE 40W C/ ROSCA	UNID	100	40,00
28	LÂMPADA FLUORESCENTE ELETRÔNICA ESPIRAL 59W	UND	50	69,00
29	QUADRO DISTRIBUIÇÃO 06 DIJU	UNID	10	37,00
30	QUADRO DISTRIBUIÇÃO 08 DIJU	UNID	10	40,00
31	ROLDANA GRANDE	UNID	30	0,40
32	TOMADA DUPLA 4X2 INTERNA	UNID.	30	9,40
33	CAPACITOR PARA VENTILADOR DE TETO	UNID.	80	9,00
	LOTE XIV			
1	BOMBA ANAUGER 800	UND	20	250
2	BOMBA ANAUGER 900	UND	20	410
	TOTAL			

2º FORNECEDORES REGISTRADOS

FORNECEDOR: JANUS MONTEIRO LIMA - ME, CNPJ nº 41.265.190/0001-5

DO OBJETO E DO PREÇO REGISTRADO				
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT. TOTAL	PREÇO UNIT. ITEM
	LOTE V			
1	ARREIMATE P/FORRO PVC BARRA C/ 6 METROS	UNID	100	R\$ 27,70
2	DOBRADIÇA DE 3 1/2" POL	PAR	50	R\$ 6,00
3	DOBRADIÇA DE 3" POL	PAR	50	R\$ 5,00
4	DOBRADIÇA P/ CANCELA	UND	20	R\$ 20,00
5	EMENDA P/FORRO Barra 6M	UNID.	50	R\$ 25,00
6	FECHADURA SIMPLES C/ TRINCO	UNID.	50	R\$ 40,00
7	FORRO PVC Barra	M²	150	R\$ 27,00
8	MANTA ADESIVA P/ TELHADO	M	20	R\$ 33,00
9	JANELA VENESIANA 1,00x1,00	UNID.	10	R\$ 225,00
10	JANELA VENESIANA 1,20x1,00	UNID.	10	R\$ 220,00
11	JANELA VENESIANA 1,50x1,00	UNID.	10	R\$ 317,00
12	PORTA DE ALMOFADA MISTA 2,10X0,80	UNID	10	R\$ 238,00
13	PORTA MADEIRA DE LEI 0,9X2,1	UNID	10	R\$ 325,00
14	PORTA MADEIRA DE LEI 0,6X2,1	UNID	10	R\$ 325,00
15	PORTA MADEIRA PRENSADA 0,60x2,10	UNID	10	R\$ 120,00
16	PORTA MADEIRA PRENSADA 0,90x2,10	UNID	10	R\$ 120,00
17	PORTA MADEIRA PRENSADA 0,80x2,10	UNID	10	R\$ 120,00
18	CAIBRO EM MADEIRA 3M	UNID	20	R\$ 12,00
19	CAIBRO EM MADEIRA 4M	UNID	20	R\$ 14,00
20	LINHA EM MADEIRA 3M	UNID	20	R\$ 45,00
21	LINHA EM MADEIRA 4M	UNID	20	R\$ 60,00
22	LINHA EM MADEIRA 5M	UNID	20	R\$ 75,00
23	LINHA EM MADEIRA 6M	UNID	20	R\$ 90,00
24	RIPA EM MADEIRA 6M	UNID	20	R\$ 15,00
	LOTE VI			
1	PISO CERÂMICA 35x35 PI IV	M²	100	R\$ 20,00
2	PISO CERÂMICA 45x45 PI IV	M²	100	R\$ 20,00
3	ARGAMASSA c/20kg	PCT	150	R\$ 13,30
4	REJUNTE FLEXIVEL 5KG	PCT	100	R\$ 16,00
5	SEPARADOR P/PISO 3MM	PCT	50	R\$ 3,10
6	SEPARADOR P/PISO 5MM	PCT	50	R\$ 3,75
7	ASSENTO FOFINHO	UNID	60	R\$ 50,00
8	BACIA TURCA	UND	10	R\$ 269,00
9	CAIXA DE DESCARGA DE PLÁSTICO	UND	80	R\$ 33,00
10	SIFÃO CORUGADO BRANCO	UND	80	R\$ 9,50
11	SIFÃO TRIPLO	UND	60	R\$ 28,00
12	VASO SANITÁRIO SIMPLES	UND	30	R\$ 130,00
13	PIA DE PLÁSTICO PARA BANHEIRO	UNID	100	R\$ 17,00
14	PIA DE CIMENTO 1,50 METROS	UNID.	10	R\$ 182,00
15	PIA DE MÁRMORE 1,20MTS (Pedra trabalhada)	UNID.	10	R\$ 285,00
16	CADEADO 30MM	UNID	50	R\$ 16,50
17	CADEADO 35MM	UNID	50	R\$ 21,00
18	CADEADO 40MM	UNID	50	R\$ 27,00
19	CAVADEIRA	UNID	20	R\$ 47,00
20	CILINDRO PARA FECHADURA	UNID	50	R\$ 19,00
21	FIO NYLON CORTE 3,0mm REDONDO com 375mts	UNID	10	R\$ 340,75
	LOTE VII			
1	BROXA P/PINTURA	UNID	50	R\$ 7,35
2	CARRINHOS DE MÃO PNEU COM CÂMARA	UNID	50	R\$ 144,00
3	COLHER PARA PEDREIRO Nº 08	UNID	10	R\$ 15,00
4	COLHER PARA PEDREIRO Nº 10	UNID	10	R\$ 19,00
5	DESEMPENHADEIRA COM DENTE	UNID	10	R\$ 12,00

6	DESEMPENHADEIRA LISA	UNID	10	R\$	11,00
7	ENXADA ESTREITA 2 1/2"	UNID	15	R\$	26,00
8	ENXADA ESTREITA 2"	UNID	15	R\$	22,00
9	ENXADÃO 2"	UNID	15	R\$	30,00
10	ENXADECO C/ CABO	UNID	15	R\$	42,00
11	FAÇÃO Nº 18	UNID	20	R\$	25,00
12	FOICE	UNID	10	R\$	25,00
13	KIT DE PNEU C/CÂMARA P/ CARRO DE MÃO	UNID	50	R\$	61,85
14	LIMA CHATA	UNID	100	R\$	16,00
15	LIMA P/ENXADA 8	UNID	100	R\$	17,00
16	LIMATAO	UNID	100	R\$	7,00
17	LINHA PARA PEDREIRO TRANÇADA	UNID	100	R\$	5,50
18	LUVA DE MALHA PIGMEN.4FIOS	PAR	100	R\$	6,40
19	LUVA DE RASPA C/CURTO 7cm	PAR	100	R\$	13,00
20	LUVA DE RASPA C/LONG.15cm	PAR	100	R\$	16,50
21	MARTELO 27 mm	UNID	20	R\$	28,00
22	PÁ DE BICO COM CABO Nº 08	UNID	20	R\$	30,00
23	PÁ LARGA	UNID	20	R\$	26,00
24	PICARETE COM CABO PONTA E PÁ	UNID	20	R\$	65,00
25	PRUMO DE CENTRO 700GR	UNID	15	R\$	25,00
26	RASTELO COM REGULAGEM	UNID	30	R\$	25,00
27	SERROTE 50cm	UNID	15	R\$	35,00
28	SERROTE 60cm	UNID	15	R\$	50,00
29	VASSOURÃO COM CABO 23 cm	UNID	50	R\$	20,00
	LOTE VIII				
1	ABRAÇADEIRA 1 1/2	UNID	50	R\$	1,65
2	ADAPTADOR SOLDÁVEL 1 1/2	UNID	50	R\$	2,40
3	ADAPTADOR SOLDAVEL C/FLANGE 25mm	UNID	50	R\$	7,00
4	ADAPTADOR SOLDAVEL C/FLANGE 50mm	UNID	50	R\$	15,00
5	ADAPTADOR SOLDAVEL C/FLANGE 60MM	UNID	50	R\$	23,00
6	ADAPTADOR SOLDAVEL C/FLANGE 20mm	UNID	50	R\$	6,50
7	ADAPTADOR SOLDAVEL CURTO P/REG.20mm	UNID	50	R\$	0,80
8	ADAPTADOR SOLDAVEL CURTO P/REG.25mm	UNID	50	R\$	1,10
9	ADAPTADOR SOLDAVEL CURTO P/REG.60mm	UNID	50	R\$	8,00
10	BOLSA DE LIGAÇÃO PARA VASO	UNID.	50	R\$	4,65
11	BUCHA ESPUD P/ VASO	UNID	50	R\$	2,90
12	BUCHA SOLD. 50MM	UNID	50	R\$	3,40
13	CANO ESG.100mm c/6m	UNID	100	R\$	52,00
14	CANO ESG.150mm c/6m	UNID	100	R\$	144,00
15	CANO ESG.40mm c/6m	UNID	100	R\$	21,00
16	CANO ESG.50mm c/6m	UNID	100	R\$	33,00
17	CANO ESG.75mm c/6m	UNID	100	R\$	55,00
18	CANO SOLD. 60MM c/6m	UNID	100	R\$	76,00
19	CANO SOLD.20MM P/AGUA 6M	UNID	100	R\$	12,00
20	CANO SOLD.25mm c/6 M	UNID	100	R\$	15,00
21	CANO SOLD.32mm c/06 m	UNID	100	R\$	31,00
22	CANO SOLD.50mm B.6 METROS	UNID	100	R\$	47,00
23	CANO SOLD.75 c/6 m	UNID	50	R\$	152,00
24	MANGUEIRA CRISTAL 1/2	M	300	R\$	2,45
25	MANGUEIRA PRETA 1 1/2"	M	300	R\$	5,00
26	MANGUEIRA PRETA 1"	M	300	R\$	2,50
27	MANGUEIRA PRETA 1/2"	M	300	R\$	1,00
28	MANGUEIRA PRETA 3/4"	M	300	R\$	1,50
29	MANGUEIRA SIFONADA 25mm	M	300	R\$	1,85
30	MANGUEIRA SIFONADA 32mm	M	300	R\$	2,55
31	TORNEIRA ESFERA MET.1/2	UNID	50	R\$	19,00
32	TORNEIRA ESFERA MET.3/4	UNID	50	R\$	20,00
33	TORNEIRA P/JARDIM 3/4 PRET.	UNID	50	R\$	2,80
34	TORNEIRA P/LAVATORIO BICA MOVEL	UNID	50	R\$	39,00
35	TORNEIRA P/PIA BICA MOVEL	UNID	50	R\$	36,00
36	TORNEIRA P/TANQUE 1/2	UNID	50	R\$	6,20
37	TORNEIRA PARA PIA PLASTICO 20mm	UNID.	50	R\$	5,00
38	TORNEIRA PARA PIA PLASTICO 25mm	UNID.	50	R\$	6,50
39	TORNEIRAP/JARDIM 1/2 PRETA	UNID.	50	R\$	2,80
40	CAP ESGOTO 100mm	UNID	100	R\$	4,30
41	CAP ESGOTO 40mm	UNID	100	R\$	1,80
42	CAP ESGOTO 50mm	UNID	100	R\$	2,60
43	CAP ESGOTO 75mm	UNID	100	R\$	3,75

44	CAP SOLDAVEL 20mm	UNID	100	R\$	0,60
45	CAP SOLDAVEL 25mm	UNID	100	R\$	0,70
46	CAP SOLDAVEL 50mm	UNID	100	R\$	4,40
47	CAP SOLDAVEL 60mm	UNID	100	R\$	6,15
48	CHUVEIRO COMUM	UNID	200	R\$	6,30
49	COLA P/CANO 75G	UNID	300	R\$	5,40
50	CURVA DE ESGOTO 100MM CURTA	UNID	100	R\$	11,50
51	CURVA SOLD. DE 50MM CURTA	UNID	100	R\$	8,30
52	ENGATE FLEX. 40CM	UNID	100	R\$	5,30
53	ENGATE FLEX. 50CM	UNID	100	R\$	6,00
54	FITA VEDAROSCA 12MMx10M	UNID	200	R\$	1,20
55	JOELHO ESG.40mm	UNID	100	R\$	1,00
56	JOELHO ESG.45° 150mm	UNID	50	R\$	43,25
57	JOELHO ESG.45° 40mm	UNID	100	R\$	1,20
58	JOELHO ESG.45° 50mm	UNID	100	R\$	2,50
59	JOELHO ESG.45° 75mm	UNID	100	R\$	5,50
60	JOELHO ESG.50mm	UNID	100	R\$	1,25
61	JOELHO ESG.C/VIS.100x50mm	UNID	100	R\$	16,00
62	JOELHO ESG.NOR.100mm	UNID	100	R\$	3,00
63	JOELHO ESG.PRIM.75mm	UNID	100	R\$	3,00
64	JOELHO SOLD.20mm	UNID	100	R\$	0,60
65	JOELHO SOLD.25mm	UNID	100	R\$	0,65
66	JOELHO SOLD.32mm	UNID	100	R\$	1,40
67	JOELHO SOLD.50mm	UNID	100	R\$	2,60
68	JOELHO SOLD.LR 20MM	UNID	100	R\$	1,40
69	JOELHO SOLD.LR 25x3/4	UNID	100	R\$	1,60
70	JOELHO SOLD.LR.25x1/2	UNID	100	R\$	1,50
71	LUVA ESGOTO 100mm	UNID	100	R\$	3,30
72	LUVA ESGOTO 150mm	UNID	100	R\$	16,00
73	LUVA ESGOTO 40mm	UNID	100	R\$	1,20
74	LUVA ESGOTO 50mm	UNID	100	R\$	1,80
75	LUVA ESGOTO 75mm	UNID	100	R\$	3,50
76	LUVA LL PVC DE 50MM	UNID	100	R\$	2,30
77	LUVA SOLD.20mm	UNID	100	R\$	0,60
78	LUVA SOLD.25mm	UNID	100	R\$	0,75
79	PARAFUSO P/SANITÁRIO .C/BUCHA N.10	UNID.	200	R\$	2,80
80	PARAFUSOS COM BUCHA N.º 10	UNID	200	R\$	0,65
81	PARAFUSOS COM BUCHA N.º 6	UNID.	200	R\$	0,30
82	PARAFUSOS COM BUCHA N.º 8	UNID.	200	R\$	0,40
83	RALO SIF.100x100x40 QUADRADO	UNID	100	R\$	6,50
84	RALO SIF.100x100x50 QUADRADO	UNID	100	R\$	7,00
85	REDUÇÃO 100X75MM	UNID	100	R\$	5,00
86	REDUÇÃO 32 P/20	UNID.	100	R\$	2,00
87	REDUÇÃO 50 X 20 MM	UNID	100	R\$	3,30
88	REDUÇÃO SOLD. 60X50MM	UNID	50	R\$	5,80
89	REGISTRO DE ESFERA DE 50MM	UNID	100	R\$	14,50
90	REGISTRO ESFERA DE 20 MM	UNID	100	R\$	5,00
91	REGISTRO ESFERA PVC SOLD.75MM	UNID	25	R\$	130,00
92	REGISTRO PRESSÃO SOLD.20mm	UNID	100	R\$	9,00
93	REGISTRO PRESSÃO SOLD.25mm	UNID	100	R\$	10,00
94	REGISTRO PVC 32mm(3/4)	UNID	100	R\$	12,00
95	REGISTRO PVC 50mm(3/4)	UNID	100	R\$	20,00
96	REGISTRO PVC 60mm	UNID.	100	R\$	32,95
97	TE ESGOTO 100X100mm	UNID	50	R\$	7,50
98	TE ESGOTO 150x150mm	UNID	50	R\$	30,00
99	TE ESGOTO 40X40mm	UNID	50	R\$	1,30
100	TE ESGOTO 50X50mm	UNID	50	R\$	3,10
101	TE ESGOTO 75x75mm	UNID	50	R\$	7,00
102	TE ESGOTO REDUÇÃO 100x50	UNID	50	R\$	10,00
103	TE ESGOTO REDUÇÃO 75x50mm	UNID	50	R\$	7,75
104	TE SOLDAVEL /REDUÇÃO 50x25mm	UNID	50	R\$	10,00
105	TE SOLDAVEL /REDUÇÃO .25X20mm	UNID	50	R\$	2,00
106	TE SOLDAVEL 25mm	UNID	50	R\$	0,80
107	TE SOLDAVEL 32mm	UNID	50	R\$	1,90
108	TE SOLDAVEL 40MM	UNID	50	R\$	5,80
109	TE SOLDAVEL 50mm	UNID	50	R\$	7,00
110	TE SOLDAVEL C/ROSCA LR 25x1/2	UNID	50	R\$	4,00
111	TE SOLDAVEL C/ROSCA LR 20	UNID	50	R\$	2,50
112	TE SOLDAVEL20mm	UNID	50	R\$	0,70

113	VALVULA DE LAVATORIO PVC	UNID	50	R\$ 2,20
114	VALVULA DE PIA (COZINHA)	UNID.	50	R\$ 15,00
115	VEDA ANEL	UNID.	50	R\$ 7,00
116	VEDA CALHA 275G ALUMINIO	UNID	50	R\$ 12,00
LOTE IX				
1	FITA CREPE 19mmX50m	UNID	50	R\$ 5,10
2	MASSA CORRIDA ACRÍLICA 18 L	UNID	80	R\$ 111,75
3	MASSA CORRIDA PVA 18 L	UNID	80	R\$ 49,00
4	PINCEL 1 POL	UNID	50	R\$ 2,20
5	PINCEL 2 POL	UNID	50	R\$ 3,90
6	PINCEL 3 POL	UNID	50	R\$ 6,50
7	ROLO C/LA CARNEIRO CONJ.	UNID	50	R\$ 17,00
8	ROLO C/LA POLI/CARN.CONJ.	UNID	50	R\$ 13,00
9	ROLO ESPUMA 5cm	UNID	50	R\$ 5,00
10	SELADOR ACRÍLICO GL 18l	UNID	50	R\$ 105,00
11	SOLVENTE PARA TINTA GL 5 L	UNID	50	R\$ 58,95
12	TINTA ESMALTE SINTÉTICO GALÃO 3,6L	UNID	50	R\$ 67,00
13	TINTA PARA MARCAÇÃO - AMARELA 3,6 L	UNID	30	R\$ 67,00
14	TINTA PARA MARCAÇÃO - BRANCA 3,6 L	UNID	30	R\$ 66,00
15	TINTA PARA QUADRO NEGRO GL 3,6L	UNID	50	R\$ 90,00
16	TINTA PVA 18 L	UNID	80	R\$ 123,00
17	TINTA ACRÍLICA 18 L	UNID	80	R\$ 133,00
18	VEDALIT 3,6 L	UND	50	R\$ 45,00
19	VERNIZ EXTRA RAPIDO GL 3,6L	UNID	60	R\$ 70,00
20	XADREZ 500G	UNID	50	R\$ 14,75
LOTE X				
1	AREIA GROSSA LAVADA	M³	200	R\$ 147,50
2	AREIA FINA	M³	200	R\$ 62,00
3	PÓ DE BRITA	M³	50	R\$ 130,00
4	BRITA 0	M³	100	R\$ 172,50
5	BRITA 01	M³	100	R\$ 179,00
LOTE XI				
1	CAL COMUM 20KG	UNID.	100	R\$ 21,00
2	CIMENTO SACO 50 KG	UNID.	800	R\$ 28,00
LOTE XII				
1	CAPOTE EM AMIANTO	UNID.	80	R\$ 8,00
2	TELHA BRASILIT 4mm2,44x0,50m	UNID.	100	R\$ 20,90
3	TELHA COLONIAL	MILHEIRO	5	R\$ 582,00
4	TELHA PLAN	MILHEIRO	5	R\$ 892,00
5	TIJOLOS 6 FUROS (PRIMEIRA QUALIDADE)	MILHEIRO	10	R\$ 360,00
LOTE XIII				
1	CAIXA POLIETILENO C/TAMPA 1.000 LT	UNID	3	R\$ 320,00
2	CAIXA POLIETILENO C/TAMPA 1.500 LT	UNID	3	R\$ 685,00
3	CAIXA POLIETILENO C/TAMPA 2.000 LT	UNID	5	R\$ 1.000,00
4	CAIXA POLIETILENO C/TAMPA 3.000LT	UNID	3	R\$ 1.250,00
5	CAIXA POLIETILENO C/TAMPA 310 LT	UNID	5	R\$ 147,00
6	CAIXA POLIETILENO C/TAMPA 5.000LT	UNID	2	R\$ 2.150,00
7	CAIXA POLIETILENO C/TAMPA 500 LT	UND	5	R\$ 220,00
LOTE XV				
1	ARUELAS 1/2 POL	UNID.	800	R\$ 0,30
2	ARUELAS 3/8 POL	UNID.	800	R\$ 0,20
3	ARUELAS 5/16 POL	UNID.	800	R\$ 0,20
4	BARRA ROSCADA 1/2" 1M	UNID	150	R\$ 9,50
5	BARRA ROSCADA 3/8" 1M	UNID	150	R\$ 5,15
6	BARRA ROSCADA 5/16" 1M	UNID	150	R\$ 4,55
7	CEGUETA BIMETAL (ALTA FLEXIBILIDADE)	UNID.	200	R\$ 6,00
8	COLUNA 3/8 C/06 M	UNID	50	R\$ 99,00
9	COLUNA 5/16(8mm) C/06M	UNID	50	R\$ 80,00
10	FERRO 1/2 POL.(12,50mm) C/12M	UNID	50	R\$ 50,00
11	FERRO 1/4 (CA50 6,30MM) C/12M	UNID	50	R\$ 20,00
12	FERRO 3/8 (CA50 10,00MM) C/12M	UNID	50	R\$ 40,00
13	FERRO 4/2 (CA60 4,20) C/12M	UNID	50	R\$ 10,00
14	FERRO 5/16 (CA50 8,00MM) C/12M	UNID	50	R\$ 25,00
15	PORCA SEX PARA BARRA ROSCADA 1/2 POL	UNID	400	R\$ 0,30
16	PORCA SEX PARA BARRA ROSCADA 3/8 POL	UNID.	400	R\$ 0,20
17	PORCA SEX PARA BARRA ROSCADA 5/16 POL	UNID.	400	R\$ 0,15
18	TRELIÇA 4,2/6,3 MM C/06 M	UNID	50	R\$ 20,00
LOTE XVI				
1	Chapa de compesado de 10mm	UNID	30	R\$ 100,00
2	Chapa de compesado de 12mm	UNID	30	R\$ 120,00
3	Chapa de compesado de 15mm	UNID	30	R\$ 142,00
4	Chapa de compesado de 4mm	UNID	30	R\$ 51,00
5	Chapa de compesado de 6mm	UNID	30	R\$ 67,00
LOTE XVII				
1	Cola branca para madeira 1 l	UNID	20	R\$ 23,00

2	Lixas nº 100 COMUM	UNID	300	R\$ 1,10
3	Lixas nº 100 PARA FERRO	UNID	150	R\$ 2,50
4	Lixas nº 120 COMUM	UNID	300	R\$ 1,05
5	Lixas nº 120 PARA FERRO	UNID	150	R\$ 2,60
6	Lixas nº 160 PARA FERRO	UNID	150	R\$ 2,80
7	Lixas nº 160COMUM	UNID	200	R\$ 1,00
8	Lixas nº 80 COMUM	UNID	200	R\$ 1,35
9	Lixas nº 80 PARA FERRO	UNID	150	R\$ 2,95
10	Prego 10x10	KG	50	R\$ 15,00
11	Prego 12X12	KG	50	R\$ 14,00
12	Prego 15X15	KG	50	R\$ 13,00
13	Prego 16X18	KG	50	R\$ 14,00
14	Prego 17X21 PARA RIPA	KG	50	R\$ 14,00
15	Prego 17X27	KG	50	R\$ 13,90
16	Prego 18X27	KG	50	R\$ 13,90
17	Prego 19X36 PARA CAIBRO	KG	25	R\$ 15,00
18	Prego 26X72	KG	25	R\$ 16,00
19	Prego 20x30	KG	25	R\$ 15,30
20	Prego S/CABEÇA 12x12	KG	50	R\$ 13,00

2º DADOS DO(S) FORNECEDOR(ES) CLASSIFICADOS SÃO OS QUE SEGUEM:

EMPRESA VENCEDORA: P H B SANTANA COMERCIO E SERVIÇO LTDA

CNPJ Nº 04.096.016/0001-09	RAZÃO SOCIAL P H B SANTANA COMERCIO E SERVIÇO LTDA
CIDADE: São Luís/MA	CEP.: 65.051-876
TELEFONE: (98) 3239-3515	FAX:
ENDEREÇO ELETRÔNICO:	REPRESENTANTE: PAULO HENRIQUE BARROS SANTANA
RG Nº 0392792-0 SSP-MA	CPF Nº 411.660.353-87
TELEFONE:	CELULAR: (98) 98866-4200
ENDEREÇO ELETRÔNICO: Phb.santanta@hotmail.com	

2º DADOS DO(S) FORNECEDOR(ES) CLASSIFICADOS SÃO OS QUE SEGUEM:

EMPRESA VENCEDORA: JANUS MONTEIRO LIMA – ME

CNPJ Nº 41.265.190/0001-5	RAZÃO SOCIAL JANUS MONTEIRO LIMA – ME
CIDADE: Uruçuí/PI	CEP.:
TELEFONE: (FAX:
ENDEREÇO ELETRÔNICO:	REPRESENTANTE:
RG Nº	CPF Nº
TELEFONE:	CELULAR:
ENDEREÇO ELETRÔNICO:	

DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

fornecedor registrado será formalizado pelo interessado mediante assinatura de contrato, observadas as disposições contidas no Edital do Pregão Presencial nº 011/2018 - SRP.

O compromisso de entrega e execução só estará caracterizado mediante Contrato, decorrente desta Ata de Registro de Preços e Edital do Pregão Presencial nº 011/2018 - SRP.

A presente Ata implica em compromisso de fornecimento após cumprir os requisitos de publicidade, ficando o fornecedor obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante sua validade, dentro dos quantitativos estimados.

O fornecimento dos materiais será de acordo com o recebimento da Ordem de Fornecimento emitida pelos Órgãos Participantes e/ou não participantes.

DOS USUÁRIOS PARTICIPANTES EXTRAORDINÁRIOS

Poderá utilizar-se desta Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta à Comissão Permanente de Licitação - CPL, desde que devidamente comprovada à vantagem.

Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da presente Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto à Comissão Permanente de Licitação - CPL, para que esta indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações assumidas com a Comissão Permanente de Licitação - CPL.

A possibilidade de participantes extraordinários obedecerá ao disposto no Decreto Federal nº 7892/2013 e Decreto Municipal nº 009/2017.

As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

As adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

DAS CONDIÇÕES GERAIS

As condições gerais da execução, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, sanções e demais condições do ajuste encontram-se definidos no Termo de Referência.

DA PUBLICAÇÃO

O ÓRGÃO GERENCIADOR fará publicar o resumo da presente Ata no Diário Oficial do Estado do Maranhão, após sua assinatura, obedecendo ao prazo previsto no parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93.

E por estarem, assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente, em 02 (duas) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas

Benedito Leite/MA, 28 de maio de 2018.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

Frank James Rodrigues Lustosa

Presidente da CPL - Órgão Gerenciador

P H B SANTANA COMERCIO E SERVIÇO LTDA

Paulo Henrique Barros Santana

RG Nº 0392792-0 SSP-MA

CPF Nº 411.660.353-87

Sócio-Administrador

JANUS MONTEIRO LIMA-ME

Janus Monteiro Lima

RG nº 444361 SSP/PI

CPF nº 504.583.619-68

PROPRIETÁRIO

TESTEMUNHAS:

Autor da Publicação: Frank James Rodrigues Lustosa

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO. Presencial n.º 011/2018 – SRP. Com base nas informações constantes nos autos do Processo, referente ao Pregão Presencial n.º 011/2018 – SRP, e considerando que foram observados os prazos recursais, HOMOLOGO, nos termos do artigo 43, inciso VI, da Lei n.º 8.666/93 c.c. artigo 4º, inciso XXII da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 o presente procedimento licitatório, em consequência, ficam as empresas: JANUS MONTEIRO LIMA – ME, CNPJ nº 41.265.190/0001-56 e P.H.B. SANTANA COMERCIO SERVIÇOS LTDA CNPJ nº 04.096.016/0001-09, convocadas para a assinatura da Ata de Registro de Preço. Autorizo a formalização, da Ata de Registro de Preço e dos Contratos. Sigam-se seus ulteriores termos. Publique-se, registre-se e cumpra-se. Benedito Leite(MA), 24 de maio de 2018. Ramon Carvalho de Barros Prefeito Municipal.

Autor da Publicação: Frank James Rodrigues Lustosa

RESENHA DE CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO LEITE - MA. RESENHA DE CONTRATO nº 064/2018. PARTES: Município de Benedito Leite/MA e a Empresa M.C. RIBEIRO – ME, CNPJ Nº 02.099.824/0001-96 , vencedora do Pregão Presencial nº 009/2018- SRP. OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimento parcelado de pneus e câmaras de ar, para suprir as necessidades de todas as Unidades da Prefeitura Municipal. DATA DA ASSINATURA: 16 de maio de 2018. BASE LEGAL: Lei Federal nº. 10.520 e 8.666/93 e suas alterações. VALOR GLOBAL: R\$ 63.295,00 (sessenta e três mil, duzentos e noventa e cinco reais). DA VIGÊNCIA: 31/12/2018. FORO: Fica Eleito o foro da Comarca de São Domingos do Azeitão/MA. ASSINATURA: Prefeito Municipal de Benedito Leite, Ramon Carvalho de Barros e Marquete Coêlho Ribeiro - proprietário da empresa. Benedito Leite - MA, 16 de maio de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO LEITE - MA. RESENHA DE CONTRATO nº 065/2018. PARTES: Município de Benedito Leite/MA e a Empresa M.C. RIBEIRO – ME, CNPJ Nº 02.099.824/0001-96 , vencedora do Pregão Presencial nº 009/2018- SRP. OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimento parcelado de pneus, para suprir as necessidades da Secretaria Municipal e Saúde. DATA DA ASSINATURA: 16 de maio de 2018. BASE LEGAL: Lei Federal nº. 10.520 e 8.666/93 e suas alterações. VALOR GLOBAL: R\$ 9.960,00 (nove mil, novecentos e sessenta reais). DA VIGÊNCIA: 31/12/2018. FORO: Fica Eleito o foro da Comarca de São Domingos do Azeitão/MA. ASSINATURA: Prefeito Municipal de Benedito Leite, Ramon Carvalho de Barros e Marquete Coêlho Ribeiro - proprietário da empresa. Benedito Leite - MA, 16 de maio de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO LEITE - MA. RESENHA DE CONTRATO nº 066/2018. PARTES: Município de Benedito Leite/MA e a Empresa M.C. RIBEIRO – ME, CNPJ Nº 02.099.824/0001-96 , vencedora do Pregão Presencial nº 009/2018- SRP. OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimento parcelado de pneus, para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Educação. DATA DA

ASSINATURA: 16 de maio de 2018. BASE LEGAL: Lei Federal nº. 10.520 e 8.666/93 e suas alterações. VALOR GLOBAL: R\$ 17.449,80 (dezesete mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e oitenta centavos). DA VIGÊNCIA: 31/12/2018. FORO: Fica Eleito o foro da Comarca de São Domingos do Azeitão/MA. ASSINATURA: Prefeito Municipal de Benedito Leite, Ramon Carvalho de Barros e Marquete Coêlho Ribeiro - proprietário da empresa. Benedito Leite - MA, 16 de maio de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO LEITE - MA. RESENHA DE CONTRATO nº 067/2018. PARTES: Município de Benedito Leite/MA e a Empresa MAURA D CARMO SOARES GUMARAES – ME, CNPJ Nº 24.174.298/0001-14, vencedora do Pregão Presencial nº 006/2018- SRP. OBJETO: contratação de empresa para fornecimento parcelado de gêneros alimentícios para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social de Benedito Leite-MA. DATA DA ASSINATURA: 18 de maio de 2018. BASE LEGAL: Lei Federal nº. 10.520 e 8.666/93 e suas alterações. VALOR GLOBAL: R\$ 10.030,00 (dez mil e trinta reais). DA VIGÊNCIA: 31/05/2018. FORO: Fica Eleito o foro da Comarca de São Domingos do Azeitão/MA. ASSINATURA: Prefeito Municipal de Benedito Leite, Ramon Carvalho de Barros e Maura D Carmo Soares Guimaraes - proprietário da empresa. Benedito Leite - MA, 18 de maio de 2018.

Autor da Publicação: Frank James Rodrigues Lustosa

Prefeitura Municipal de Carolina

AVISO DE TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

AVISO DE TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 043/2018-PMC. A Secretária Municipal de Administração, Finanças, Planejamento e Urbanismo, no uso de suas atribuições legais, resolve ratificar a Inexigibilidade de Licitação, cujo objeto é a prestação de serviços de Show Artístico de Gabriel Diniz. **FUNDAMENTO LEGAL:** artigo 25, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/1993. **CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Carolina, CNPJ nº 12.081.691/0001-84. **CONTRATADA:** JDRW SHOWS LTDA, CNPJ nº 17.466.421/0001-05. **REPRESENTANTE LEGAL:** ANDREIA MOREIRA PESSOA ANTONIOLLI - Secretária Municipal de Administração, Finanças, Planejamento e Urbanismo, CPF nº 819.836.383-15 e ROGÉRIO PAES E SILVA - Sócio-Administrador da JDRW SHOWS LTDA, CPF nº 583.660.914-49. **VALOR:** R\$ 90.000,00 (noventa mil reais). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária: 11 - Secretaria Municipal de Cultura-SMC. Fonte de Recurso: 00 - Recursos Ordinários. Projeto/Atividade: 13.392.0008.2.061 - Realização de Eventos Culturais, Cívicos e Comemorativos. Natureza de Despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica. Carolina/MA, 29 de maio de 2018. **ANDRÉIA MOREIRA PESSOA ANTONIOLLI** - Secretária Municipal de Administração, Finanças, Planejamento e Urbanismo.

Autor da Publicação: Alaides Alves Sousa

Prefeitura Municipal de Fortaleza dos Nogueiras

EXTRATO DE CONTRATO Nº 264/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA DOS NOGUEIRAS - MA
EXTRATO DE CONTRATO

REFERENCIA: Licitação na modalidade Tomada de Preços nº 02/2018 - CPL. CONTRATO: nº 264/2018. OBJETO: Pavimentação Asfáltica nas Ruas João Branco, Luis Branco, Travessa 01 e Travessa 02, no Bairro de Nazaré, neste Município de Fortaleza dos Nogueiras/MA. PARTES - CONTRATANTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA DOS NOGUEIRAS - MA E SECRETÁRIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA, URBANISMO E SANEAMENTO, inscritas no CNPJ sob o nº 06.080.394/0001-11. CONTRATADA: COSMANG - CONSTRUÇÕES, SERVIÇOS & LOCAÇÕES EIRELI - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 09.489.502/0001-00, estabelecida na Avenida Comercial Shalon nº 02 - Bairro Shalon - São Raimundo das Mangabeiras/Ma. VALOR GLOBAL CONTRATADO: R\$ 377.315,33 (Trezentos e setenta e sete mil trezentos e quinze reais e trinta e três centavos). FONTES DE RECURSOS: Código da Ação: 26.782.0716.1-012 - Construção e Melhoria de pontes e Estradas e Pav. De vias Urbanas; Elemento de despesas: 4.4.90.51.00.00 - Obras e Instalações e Recurso do Convênio nº 861504/2017 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - COMPANHIA DE DESENV. DO VALE DO SÃO FRANCISCO. VALIDADE: 02 (dois) meses. DATA DE ASSINATURA: 29 de maio de 2018. Fundamento: Lei 8.666/93 e suas alterações. Autoridades Competentes: Aleandro Gonçalves Passarinho, inscrito no CPF nº 427.785.143-68 - Prefeito Municipal de Fortaleza dos Nogueiras - MA e José de Ribamar Pereira de Oliveira - inscrito no CPF nº 435.934.023-00 - Secretário Municipal de Infra-Estrutura, Urbanismo e Saneamento, Leonardo de Sousa Santos, inscrito no CPF nº 002.301.093-22 - Representante legal da empresa e Dr. Antônio Marcelino Costa Santos/Assessor Jurídico OAB/MA: 11.058.

Autor da Publicação: GABRIELA LIMA BARROS

RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA DOS NOGUEIRAS/MA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2018

A Comissão Permanente de Licitação - CPL, através de sua Presidente, torna público que na licitação em epígrafe, cujo objeto é a contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços de pedreiro, carpinteiro, encanador, eletricista, retelhamento e pintura de logradouros públicos do município de Fortaleza dos Nogueiras/MA, para o exercício de 2018. Sagrou-se vencedora a empresa: F. DA COSTA CARVALHO - ME, CNPJ: 13.738.861/0001-13, com valor total negociado de **R\$ 355.553,80 (Trezentos e cinquenta e cinco mil quinhentos e cinquenta e três reais e oitenta centavos)**, conforme proposta de preços anexa ao processo licitatório. Fortaleza dos Nogueiras/Ma, 25 de Maio de 2018. **Gracilene Carreiro Barros** - Presidente da CPL - Decreto nº 019/2018.

Autor da Publicação: GABRIELA LIMA BARROS

Prefeitura Municipal de Jatobá**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2018****PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2018**

Aos dezessete dias do mês de abril do ano de 2018, o MUNICÍPIO DE JATOBÁ-MA, através da Prefeitura Municipal de Jatobá, inscrita no CNPJ nº 01.616.678/0001-66, com sede na Praça de Eventos Maria Rita, nº 351A, Centro, CEP 65.693-000, JATOBÁ-MA, neste ato representado pela prefeita municipal, Sra. FRANCISCA CONSUELO LIMA DA SILVA, portadora da cédula de identidade nº 724.484 SSP/MA e do CPF nº 400.864.963-87, resolvem registrar os preços da empresa signatária, vencedora do PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2018, sob o regime de compras pelo Sistema de Registro de Preços, para eventual contratação de pessoa(s) jurídica(s) para fornecimento de medicamentos, material hospitalar e medicamentos para Farmácia Básica, de interesse da Secretaria Municipal de Saúde, a teor do disposto na Lei Federal nº 10.520/02, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 347/2011 e Decreto Municipal nº 08/2018, aplicando-se, subsidiariamente, no que couber a Lei Federal nº 8.666/93, a Lei Complementar nº 123/06 e alterações posteriores e demais normas pertinentes à espécie: **Nome empresarial:** MARCIO G. A. JALES - ME (DUTRA FARMA DISTRIBUIDORA). **CNPJ nº:** 13.757.465/0001-33. **Endereço:** Avenida José Olavo Sampaio, nº 1102, Centro - Presidente Dutra - MA. **Telefone:** (99) 3663-3237 e 99178-1318. **E-mail:** distribuidora.dutrafarma@gmail.com. **Representante legal:** Isaque Rodrigues da Silva. **CPF nº:** 372.284.043-00.

LOTE I - MEDICAMENTOS

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UND.	QUANT.	P. UNIT.	P. TOTAL
1	Adrenalina injetável cx c/100 amp	Cx	25	451,25	11.281,25
2	Água destilada injetável 10mlcx c/200	Cx	40	47,92	1.916,80
3	Amicacina 500mg cx c/50 frs	Cx	25	324,46	8.111,50
4	Ampicilina injetável 1g cx c/50 frs	Cx	50	459,23	22.961,50
5	Ampicilina injetável 500 cx c/100	Cx	20	419,30	8.386,00
6	Amiodarona inj. 50mg c/ 50 amp.	Cx	20	331,66	6.633,20
7	Argirol colírio	Frs	200	21,27	4.254,00
8	Aminofilina injetável c/100	Cx	25	124,80	3.120,00
9	Atropina inj. 0,25mg c/120 amp.	Cx	25	74,88	1.872,00
10	Ipratrópio gotas 20ml	Unid	300	3,59	1.077,00
11	Berotec gotas 20 ml. (Brom. de fenoterol).	Unid	300	4,24	1.272,00
12	Cedilanide inj. cx c/50 amp	Cx	25	136,92	3.423,00
13	Cefalotina 1g injetável cx c/50 frs	Cx	100	187,61	18.761,00
14	Cimetidina injetável cx c/100 amp.	Cx	50	147,06	7.353,00
15	Gentamicina inj. 20mg cx c/50	Cx	50	60,86	3.043,00
16	Clofenicol 1g injetável cx c/50 frs	Cx	20	390,47	7.809,40
17	Cloreto de potássio injetável cx c/200	Cx	20	65,91	1.318,20
18	Cloreto de sódio injetável cx c/200	Cx	20	65,91	1.318,20
19	Complexo B injetável cx c/100 amp.	Cx	100	180,53	18.053,00
20	Dexametazona inj. 4 mg c/100 amp	Cx	60	135,97	8.158,20
21	Diclofenaco de sódio injet. c/ 100 amp.	Cx	60	135,02	8.101,20
22	Dipirona injetável cx C/ 100 amp	Cx	200	135,02	27.004,00
23	Efortil inj. c/5 amp	Cx	80	5,70	456,00
24	Ergotrat injetável cx c/100 amp.	Cx	25	137,94	3.448,50
25	Gentamicina 40 mg injetável c/ 50 amp.	Cx	70	81,13	5.679,10
26	Gentamicina 80 mg injetável c/ 100 amp.	Cx	70	121,70	8.519,00
27	Glicose 25% inj. cx c/ 200 amp.	Cx	25	76,06	1.901,50
28	Glicose 50% injetável cx c/200 amp.	Cx	25	76,06	1.901,50
29	Hidrocortizona 500mg injetável c/50 frs	Cx	40	557,81	22.312,40
30	Hidrocortizona 100mg injetável c/50 frs	Cx	30	253,55	7.606,50
31	Hioscina composta c/100 amp.	Cx	40	245,43	9.817,20
32	Hioscina simples c/50 amp.	Cx	20	137,94	2.758,80
33	Lidocaína 2% s/ vaso c/25 frs	Cx	30	65,91	1.977,30
34	Metroclorpramida inj. cx c/ 120 amp.	Cx	20	126,77	2.535,40
35	Metroclorpramida injetável 10mgcx c/100 amp.	Cx	20	126,77	2.535,40
36	Metronidazol inj. 100 ml amp.	Unid	200	6,29	1.258,00
37	Nootropil injetável cx c/12 amp.	Cx	50	45,64	2.282,00
38	Oxacilina sódica 500 mg c/ 50 frs	Cx	25	466,53	11.663,25

39	Oxitocina injetável cx c/50 amp.	Cx	25	136,92	3.423,00
40	Prometazina injetável c/ 100 amp.	Cx	25	324,53	8.113,25
41	PVPI degermante1000ml	Lt	200	24,34	4.868,00
42	PVPI tóxico 1000ml	Lt	200	23,32	4.664,00
43	Ranitidina injetável 50mg c/100 amp.	Cx	30	113,59	3.407,70
44	Soro fisiológico 0,9% 500 ml cx c/ 30	Frs	6.000	5,94	35.640,00
45	Soro glicofisiológico 500 ml cx c/ 30	Frs	4.500	6,04	27.180,00
46	Soro glicosado 5% 500 ml cx c/ 30	Frs	6.000	5,60	33.600,00
47	Soro-ringer lactado 500mlcx c/ 30	Frs	4.500	5,92	26.640,00
48	Soro-ringer simples 500mlcx c/ 30	Frs	3000	5,58	16.740,00
49	Transamin injetável cx c/5 amp	Cx	100	33,27	3.327,00
50	Vitamina C 500mg cx c/ 100 amp	Cx	80	126,77	10.141,60
51	Vitamina K 10mg cx c/ 50 amp	Cx	40	121,70	4.868,00
52	Penicilina inj 1.200.000 c/50	Cx	40	486,80	19.472,00
53	Penicilina inj 400 cx c/50	Cx	40	395,53	15.821,20
54	Penicilina inj 600 cx c/50	Cx	40	446,23	17.849,20
55	Furosemida inj 10mg cx c/60	Cx	40	57,99	2.319,60
56	Lincomicina 600mg cx c/50	Cx	20	232,00	4.640,00
57	Neocaina pesada 0,50% 5mg s/v c/40 fr. 20ml	Cx	20	309,32	6.186,40
58	Simeticona 75mg Gotas 10ml	Vd	2000	1,60	3.200,00
59	Penicilina 5.000.000 UI	Cx	30	648,92	19.467,60
60	Minilax	Cx	50	3,90	195,00
61	Fleetenema250ml	Frs	100	12,48	1.248,00
	TOTAL				R\$534.890,85

Importa o Lote I no valor de **R\$ 534.890,85 (Quinhentos e trinta e quatro mil oitocentos e noventa reais e oitenta e cinco centavos).**

LOTE II - MATERIAL HOSPITALAR

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UND.	QUANT.	P. UNIT.	P. TOTAL
1	Abaixador de língua pct c/100	Pct	100	5,02	502,00
2	Agulha descartáveis 25x8 c/100	Cx	300	12,02	3.606,00
3	Agulha descartáveis20x5,5 c/100	Cx	300	12,02	3.606,00
4	Agulhas Raqui n° 22	Und	100	7,01	701,00
5	Agulhas Raqui n° 25	Und	200	7,01	1.402,00
6	Agulhas Raqui n° 26	Und	200	7,01	1.402,00
7	Agulhas Raqui n° 27	Und	150	7,01	1.051,50
8	Agulhas descartáveis 13x4,5 c/100	Cx	300	12,02	3.606,00
9	Agulhas descartáveis 25x7 c/100	Cx	400	12,02	4.808,00
10	Alcool 92,8% 1000ml	Und	500	8,61	4.305,00
11	Alcool a 70% 1000 ml	Lt	300	8,22	2.466,00
12	Algodão Hidrófilo 500 g	RI	50	12,61	630,50
13	Atadura Gessada 15cmcx c/20	Cx	500	58,20	29.100,00
14	Atadura crepon 15 cm c/ 12	Dz	500	7,76	3.880,00
15	Bisturi descartável nº 24 c/ cabo c/100	Pct	500	3,88	1.940,00
16	Bolsa coletora deurina sist. fechado 2000ml	Und	40	5,82	232,80
17	Bolsa de colostomia 30mm c/10 unid.	Pct	400	3,61	1.444,00
18	Cateter para Oxigênio	Und	30	1,95	58,50
19	Gel para ultrassom 5 lts	Und	150	37,00	5.550,00
20	Clorexidina 2% 1lts	Lt	20	37,00	740,00
21	Kit obstétrico Catgut cromado -0- c/24 unid. agul.	Cx	40	246,63	9.865,20
22	Catgut cromado -0- c/24 unid. agulhado	Cx	40	123,31	4.932,40
23	Catgut cromado 2-0 c/24 unid. agulhado	Cx	40	123,31	4.932,40
24	Catgut simples 2-0 c/24 unid. agulhado	Cx	40	123,31	4.932,40
25	Clamps para cordão umbilical c/100	Pct	30	61,66	1.849,80
26	Campo Operatorio45x50MRpact c/ 50	Pct	50	113,04	5.652,00
27	Compressa de Gaze 7,5x7,5 pct c/ 500	Pct	1000	14,39	14.390,00
28	Ensimatic1 lts	Lt	80	30,83	2.466,40
29	Equipo macro gotas	Und	4.500	2,01	9.045,00
30	Equipo microgotas	Und	3000	1,80	5.400,00
31	Equipo Multivias	Und	2500	2,21	5.525,00
32	Escova p/ assepsia c/ pvpi	Und	500	4,01	2.005,00
33	Escova cervical c/100	Pct	40	45,09	1.803,60
34	Espardrapo 10x4,5	Und	500	8,02	4.010,00
35	Espátula de Ayrept c/100	Pct	60	9,02	541,20
36	Especulo M descartável vaginal	Und	600	1,95	1.170,00
37	Especulo P descartável vaginal	Und	600	1,90	1.140,00
38	Fio seda -0- c/24 unid. Agulhado	Cx	50	61,66	3.083,00
39	Lâmina p/ microscopia fosca c/50	Cx	60	8,22	493,20
40	Lâminas de bisturin° 24 c/100	Cx	50	37,00	1.850,00
41	Luva cirúrgica nº 7,0	Und	800	2,26	1.808,00
42	Luva de procedimentos pequena cx c/100	Cx	300	26,71	8.013,00
43	Luva cirúrgica esterilizadas nº 7,5	Par	1.200	2,26	2.712,00
44	Luva cirúrgica esterilizadas nº 8,0	Par	600	2,26	1.356,00
45	Luvas de procedimento média cx c/100	Cx	600	24,56	14.736,00

46	Luvas de procedimento Grande cx c/100	Cx	500	24,56	12.280,00
47	Máscara descartável elástico c/100	Pct	300	11,64	3.492,00
48	Nylon 2-0 c/24 unid. agulhado	Cx	60	45,09	2.705,40
49	Máscara para nebulização Tamanho P	Und	50	12,02	601,00
50	Máscara para nebulização Tamanho M	Und	50	12,02	601,00
51	Máscara para nebulização Tamanho G	Und	50	12,02	601,00
52	Máscara de Oxigênio Tamanha Adulto	Und	50	15,03	751,50
53	Máscara de Oxigênio Tamanha Infantil	Und	50	15,03	751,50
54	Nylon 3-0 c/24 unid. agulhado	Cx	50	45,09	2.254,50
55	Filme para ultrassom upp-110s	Cx	50	110,22	5.511,00
56	Nylon 4-0 c/24 unid. agulhado	Cx	50	43,65	2.182,50
57	Rolo gases tipo queijo 91X91	RI	200	40,74	8.148,00
58	Sapatilha descartável c/100	Pct	50	21,34	1.067,00
59	Scalp nº 21	Und	2.000	0,40	800,00
60	Scalp nº19	Und	2.000	0,40	800,00
61	Scalp nº23	Und	5.000	0,40	2.000,00
62	Scalp nº25	Und	5.000	0,40	2.000,00
63	Scalp nº27	Und	2.000	0,40	800,00
64	Seringas 10ml c/agulha	Und	6.500	0,48	3.120,00
65	Seringas 1ml c/agulha	Und	3.000	0,36	1.080,00
66	Seringas 20ml c/agulha	Und	6.500	0,76	4.940,00
67	Seringas 3ml c/agulha	Und	5.000	0,26	1.300,00
68	Seringas 5ml c/agulha	Und	6.000	0,27	1.620,00
69	Sonda de aspiração traqueal nº 6	Und	400	1,56	624,00
70	Sonda de aspiração traqueal nº 10	Und	400	1,61	644,00
71	Sonda de aspiração traqueal nº 12	Und	400	1,61	644,00
72	Sonda de aspiração traqueal nº 8	Und	400	1,61	644,00
73	Sonda Foley2 vias nº 14	Und	200	3,61	722,00
74	Sonda Foley2 vias nº 16	Und	200	3,61	722,00
75	Sonda nasogástrica nº 08	Und	300	1,61	483,00
76	Sonda nasogástrica nº 10	Und	300	1,61	483,00
77	Sonda nasogástrica nº 12	Und	300	1,61	483,00
78	Sonda nasogástrica nº 14	Und	300	1,61	483,00
79	Sonda nasogástrica nº 16	Und	300	1,61	483,00
80	Sonda nasogástrica nº 20	Und	200	1,61	322,00
81	Sonda uretral nº 10	Und	200	1,21	242,00
82	Sonda uretral nº 12	Und	200	1,21	242,00
83	Sonda uretral nº 14	Und	200	1,21	242,00
84	Sonda uretral nº 16	Und	200	1,21	242,00
85	Sonda uretral nº 8	Und	200	1,21	242,00
86	Termômetro digital rígido	Und	80	28,06	2.244,80
87	Termômetro Clínico	Und	80	9,02	721,60
88	Tira de teste p/ glicemia c/50	Cx	200	65,13	13.026,00
89	Aparelho de Pressão c/ esteto	Und	50	120,25	6.012,50
90	Deskarpak13LT	Und	200	7,01	1.402,00
	TOTAL				R\$ 275.503,20

Importa o Lote II no Valor de **R\$ 275.503,20 (Duzentos e setenta e cinco mil quinhentos e três reais e vinte centavos).**

LOTE III - MEDICAMENTOS PARA FARMÁCIA BÁSICA.

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UND.	QUANT.	P. UNIT.	P. TOTAL
1	Acido acetils. 100mg. c/ 1000 comp.	Cx	100	36,51	3.651,00
2	Albendazol susp. 40mg/ml 10 ml	Und	2000	2,63	5.260,00
3	Azitromicina 500 mg c/500 comp.	Cx	80	456,38	36.510,40
4	Azitromicina 600mg Suspensão Oral 15ml	Frs	400	4,66	1.864,00
5	Albendazol 400mg cx c/ 100 comp.	Cx	150	131,85	19.777,50
6	Amoxicilina 250mg /5mlsusp. 60ml	Und	2000	6,95	13.900,00
7	Amoxicilina 500mg c/ 840 comp.	Cx	100	223,13	22.313,00
8	Benzil-penicilina benz. 1200000UI inj.	Cx	30	486,80	14.604,00
9	Benzil-penicilina benz. 6000000UI inj.	Cx	30	446,23	13.386,90
10	Benzoato de benzila60mlliq.	Und	400	3,60	1.440,00
11	Cefalexina 500mg c/500 comp.	Cx	180	401,61	72.289,80
12	Captopril 25mg cx c/ 600 comp.	Cx	1000	26,37	26.370,00
13	Cefalexina 250mg. susp. 60ml	Frs	1600	8,55	13.680,00
14	Cetoconazol 200mg cx c/ 450 comp.	Cx	150	111,55	16.732,50
15	Cetoconazol creme 30g	Tb	1600	4,05	6.480,00
16	Cimetidina 200mg c/ 500 comp.	Cx	100	60,86	6.086,00
17	Ciclo 21 c/21 comp.	Cx	500	3,96	1.980,00
18	Ambroxolxpe. Inf. 100ml	Cx	1500	3,24	4.860,00
19	Ambroxolxpe. Adult. 100ml	Cx	1500	3,24	4.860,00
20	Clorafenicol colírio	Und	200	24,34	4.868,00
21	Complexo B Liq. 100ml (polivitaminico)	Und	1500	3,70	5.550,00
22	Complexo B comp. c/ 500 (polivitaminico)	Cx	80	60,86	4.868,80
23	Dexametazona creme 0,1%	Bng	2000	2,33	4.660,00
24	Dexametazona elixir c/ 100ml	Und	1200	3,27	3.924,00
25	Dexclorfeniramina susp. 100ml	Und	2000	3,19	6.380,00
26	Dipirona sódica 500mg c/500 comp.	Cx	150	60,86	9.129,00
27	Dipirona sódica gotas 10ml	Cx	3200	0,91	2.912,00
28	Diclofenaco gts 15mg/ml	Und	1000	3,24	3.240,00

29	Diclofenaco sódio 50mg cx c/ 500 comp.	Cx	200	45,64	9.128,00
30	Diclofenaco potássio 75mg c/500 comp.	Cx	200	42,59	8.518,00
31	Enalapril 10mg c/ 500 comp.	Cx	400	45,64	18.256,00
32	Enalapril 20mg c/ 500 comp.	Cx	400	56,80	22.720,00
33	Eritromicina 500mg c/420 comp.	Cx	80	263,68	21.094,40
34	Eritromicina 250mg/5ml susp. 60ml	Und	800	4,96	3.968,00
35	Furosemida 40mg cx c/ 500 comp.	Cx	300	32,45	9.735,00
36	Fluconazol 150mg c/200 comp.	Cx	150	162,27	24.340,50
37	Glibenclâmida 5mg c/ 450 comp.	Cx	1200	24,34	29.208,00
38	Hidroclorotiazida 25mg c/ 500 comp.	Cx	1500	22,31	33.465,00
39	Hidróxido de alumínio susp. c/ 100 ml	Und	2000	3,24	6.480,00
40	Iodeto de potássio xarope 100ml	Und	1400	3,24	4.536,00
41	Ibuprofeno 600mg c/500 comp.	Cx	150	86,21	12.931,50
42	Ibuprofeno 300mg c/500 comp.	Cx	150	65,91	9.886,50
43	Mebendazol 100mg c/600 comp.	Cx	200	48,69	9.738,00
44	Mebendazol susp. Oral 30ml	Und	5.000	1,32	6.600,00
45	Metformina 850mg c/ 400 comp.	Cx	400	65,91	26.364,00
46	Metildopa 250mg c/ 500 comp.	Cx	120	162,27	19.472,40
47	Metildopa 500mg c/ 500 comp.	Cx	160	285,99	45.758,40
48	Metoclopramida 10ml	Und	1500	1,63	2.445,00
49	Metronidazol 250mg cx c/600 comp.	Cx	300	81,13	24.339,00
50	Metronidazol susp. 80 ml	Und	3000	3,64	10.920,00
51	Metronidazol creme vaginal 50g	Und	2000	8,72	17.440,00
52	Miconazol sol. 30ml	Und	1500	4,61	6.915,00
53	Miconazol creme vaginal 50 g	Und	1200	8,79	10.548,00
54	Neomicina + Bacitracina creme	Und	2400	2,14	5.136,00
55	Nistatina creme vaginal 50g	Und	2000	7,09	14.180,00
56	Nimesulida 100mg c/12 comp.	Cx	2400	2,23	5.352,00
57	Nimesulida gotas 15ml	Cx	2400	2,92	7.008,00
58	Paracetamol 500mg cx c/ 500 comp.	Cx	300	45,64	13.692,00
59	Paracetamol gotas 10ml	Und	8.000	1,01	8.080,00
60	Penicilina procaína 400000Ulinj. c/50 frs	Cx	80	395,53	31.642,40
61	Prednisona 5mg c/600 comp.	Cx	120	45,64	5.476,80
62	Prednisona 10mg c/600 comp.	Cx	120	55,79	6.694,80
63	Prednisona 20 mg c/600 comp.	Cx	120	68,96	8.275,20
64	Propranolol 40mg c/500 comp.	Cx	400	22,31	8.924,00
65	Ranitidina 150 mg c/100 comp.	Cx	400	15,22	6.088,00
66	Simeticona 75 gotas 10ml	Fr	3000	1,63	4.890,00
67	Simeticona 40mg c/600 comprimidos	Cx	100	45,79	4.579,00
68	Sais para reidratação oral 27,9g, c/ 50	Cx	100	75,29	7.529,00
69	Salbutamol 100mcg Aerosol spray	Und	200	9,83	1.966,00
70	Salbutamol comp. c/ 500	Cx	100	25,44	2.544,00
71	Salbutamol xarope 120ml	Und	1600	3,25	5.200,00
72	Sulfamet. + trimet. c/400 comp.	Cx	300	39,68	11.904,00
73	Sulfamet. + trimet. Susp. 60 ml	Und	2000	3,25	6.500,00
74	Sulfato ferroso 40mgc/500 comp.	Cx	300	45,79	13.737,00
75	Sulfato ferroso liq. 100 ml	Und	1000	3,25	3.250,00
TOTAL					R\$ 906.487,80

Importa o Lote III no Valor de **R\$ 906.487,80 (Novecentos e seis mil quatrocentos e oitenta e sete reais e oitenta centavos).**

1. Da vinculação: 1.1. Vinculam-se à presente Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição, o edital do PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2018 e a proposta de preços contendo os preços dos itens acima registrados. **2. Da expectativa do fornecimento:** 2.1. O produto poderá ser entregue conforme necessidade da Prefeitura Municipal de Jatobá, mediante solicitações eventuais através de ordem(ns) de fornecimento. 2.2. O fornecedor registrado fica obrigado a atender os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços, ainda que a entrega seja prevista para data posterior ao vencimento da Ata. 2.3. A existência deste Registro não obriga a Prefeitura Municipal de Jatobá a efetivar as contratações na quantidade estimada, ficando-lhe facultada a aquisição por outras modalidades, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro o direito de preferência de fornecimento em igualdade de condições. 2.4. É vedado à administração adquirir de outro fornecedor, produto por valor igual ou superior ao obtido da detentora do Registro de Preços, a menos que esta se recuse a fornecer. **3. Da vigência da ata de registro de preços:** 3.1. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura. **4. Da gerência da presente Ata de Registro de Preços e controle dos preços registrados:** 4.1. O gerenciamento deste instrumento caberá à Prefeitura Municipal de Jatobá, através do Gabinete do prefeito, no seu aspecto operacional, e à Procuradoria Jurídica, nas questões legais.

4.1.1. É facultado ao prefeito Municipal de Jatobá, delegar poderes operacionais aos Secretários Municipais e/ou Chefe(s) de Setor(es) para celebrar contrato e/ou emitir a(s) ordem(ns) de fornecimento. 4.2. A Prefeitura Municipal de Jatobá adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata, incluindo o acompanhamento periódico dos preços praticados no mercado para os materiais registrados, nas mesmas condições de fornecimento. 4.3. A qualquer tempo o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou caso se torne inexequível para as compromissárias. 4.4. O(s) preço(s) registrado(s), a indicação do(s) fornecedor(es) e as alterações quanto aos valores, atualizados em decorrência de pesquisa de preços periódicas, serão publicados pela Administração na imprensa oficial, aditando-se a presente Ata de Registro de Preços. 4.5. Os preços de promoções temporárias ou sazonais não serão computados para efeito de definição do preço praticado no mercado, mas se constituirão em indicador para exercício da faculdade de aquisição por outros meios, prevista no parágrafo 4º do art. 15 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores. **5. Da readequação de preços:** 5.1. Durante o período de vigência da presente Ata, os preços não serão reajustados, ressalvada, entretanto, a possibilidade de readequação com elevação ou redução de seus respectivos valores em função da dinâmica do mercado e comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro. 5.2. Reconhecendo o desequilíbrio econômico-financeiro, a Prefeitura Municipal de Jatobá promoverá o aditamento do compromisso de fornecimento, conforme o artigo 65, II da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, ou formalmente desonerará a empresa em relação ao item registrado. 5.3. O diferencial de preço entre a proposta inicial das empresas licitantes e a pesquisa de mercado efetuada pela Prefeitura Municipal de Jatobá à época da abertura das propostas, bem como eventuais descontos concedidos, serão sempre mantidos. 5.4. A empresa detentora do registro fica obrigada a informar à Prefeitura Municipal de Jatobá sempre que houver redução nos preços de mercado, ainda temporária, comunicando o seu novo preço que irá abalizar de mercado a ser realizada pela Administração conforme item 4 deste instrumento.

5.5. Caso a detentora venha a se locupletar com a redução efetiva dos preços de mercado não repassada à Administração, ficará obrigada à restituição do que houver recebido indevidamente. 5.6. No caso de revisão para maior, a empresa licitante compromissária deverá solicitar a revisão do mesmo, obrigando-se a efetuar os fornecimentos da Notas de Empenho já emitidas pelos preços ora registrados. **6. Das alterações na ata de registro de preços:** 6.1 A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, quando: 6.1.1. Houver redução nos preços praticados no mercado, em relação aos preços registrados, ou de fato que eleve o custo dos materiais registrados, cabendo a Prefeitura Municipal de Jatobá, promover as necessárias junto aos fornecedores. 6.1.2. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, devendo a Prefeitura: 6.1.2.1. Convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado. 6.1.2.2. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e 6.1.2.3. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação. 6.1.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a Prefeitura Municipal de Jatobá poderá: 6.1.3.1. Liberar o fornecedor do

compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e 6.1.3.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação 6.1.4 Não havendo êxito nas negociações, a Prefeitura Municipal de Jatobá irá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa à aquisição pretendida. **7. Do cancelamento do registro de preços:** 7.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada e os contratos à ela vinculados poderão ser rescindidos, de pleno direito, no todo ou em parte, nas seguintes situações: 7.1.1. Pela Prefeitura Municipal de Jatobá: 7.1.1.1. Quando a empresa fornecedora não cumprir as obrigações constantes desta ata de Registro de Preços; 7.1.1.2. Quando a empresa fornecedora não assinar a Ordem de Fornecimento no prazo estabelecido; 7.1.1.3. Quando a empresa fornecedora der causa a rescisão administrativa da Ordem de Fornecimento decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores; 7.1.1.4. Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da ordem de fornecimento decorrente deste Registro; 7.1.1.5. Cometer reiteradas faltas ou falhas no fornecimento dos produtos; 7.1.1.6. Estiver sofrendo decretação de falência ou insolvência civil; 7.1.1.7. No caso de dissolução da sociedade; 7.1.1.8. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado; 7.1.1.9. Por razões de interesse público devidamente demonstrados e justificadas pela Prefeitura Municipal de Jatobá. 7.1.2. Pela empresa: 7.1.2.1. Mediante solicitação por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias e, desde que aceito pela Prefeitura Municipal de Jatobá; 7.1.2.2. Quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses contidas no art. 78, incisos XIV, XV e XVI, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores. 7.1.2.3. Quando estiver sofrendo decretação de falência ou insolvência civil; 7.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, a empresa fornecedora será informada por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente ata. 7.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da empresa fornecedora a comunicação será feita por publicação na imprensa oficial, por duas vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado e rescindido o contrato a partir da última publicação. 7.4. A solicitação da empresa fornecedora para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal de Jatobá, facultando-se à esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta ata. 7.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades da empresa fornecedora, relativa ao fornecimento do objeto. 7.6. Caso a Prefeitura Municipal de Jatobá não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a empresa fornecedora cumpra integralmente a condição contratual infringida. 7.7. A empresa fornecedora reconhece os direitos da Prefeitura Municipal de Jatobá, no caso de rescisão administrativa, prevista no Art. 77, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores. 7.8. Os casos de cancelamento do registro serão formalmente motivados pela Prefeitura Municipal de Jatobá, assegurado o contraditório e a ampla defesa. **8. Das incidências fiscais, encargos, seguros, etc:** 8.1. Correrão por conta exclusiva da empresa fornecedora: 8.1.1. Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto desta ata. 8.1.2. As contribuições devidas à previdência

social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias ao fornecimento dos produtos. **9. Da formalização dos contratos:** 9.1. A contratação com a(s) empresa(s) detentora de preços de produtos/serviços ora registrado(s), após a indicação pela Prefeitura Municipal de Jatobá, será feita por intermédio de CONTRATO, observando-se o que segue: 9.1.1. Fica reservado à Administração, o direito de substituir o contrato por outros instrumentos hábeis, tais como CARTA-CONTRATO, NOTA DE EMPENHO DE DESPESA, AUTORIZAÇÃO DE COMPRA (ora denominada Ordem de Fornecimento) ou ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO, conforme preceitua o artigo 62 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores. 9.1.1.1. É dispensável o contrato e facultada a substituição prevista no item acima, a critério da Administração e independentemente de seu valor, nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive assistência técnica, conforme disposto no artigo 62, § 4º, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores. 9.1.1.2. Vinculam-se aos outros instrumentos hábeis mencionados no item 9.1.1 desta ata de registro de preços, independentemente de transcrição, todas as cláusulas constantes na minuta do contrato (Anexo V do edital do PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2018), bem como esta Ata de Registro de Preços e a proposta de preços da empresa vencedora.

9.2. O(s) contrato(s) ou outros instrumentos hábeis oriundo(s) desta Ata de Registro de Preços poderá(ão) ser celebrado(s) a qualquer tempo durante a vigência da mesma. **10. Dos usuários participantes extraordinários (Adesão à ata de registro de preços):** 10.1. Poderá utilizar-se desta ata de registro de preços quaisquer Prefeituras Municipais, bem como órgãos ou entidades da Administração Pública Direta e Indireta que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Gabinete do Prefeito, devendo: 10.1.1. Comprovar nos autos da vantagem da adesão, observando-se inclusive, a compatibilidade entre a demanda do exercício financeiro e a quantidade registrada na ata de registro de preços; 10.1.2. Encaminhar solicitação de adesão à Prefeitura Municipal de Jatobá (órgão gerenciador), que deverá autorizá-la. 10.2. Caberá ao beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não da adesão, desde não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

10.3. As Prefeituras Municipais, bem como órgãos ou entidades da Administração Pública Direta e Indireta que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da presente Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao Gabinete do Prefeito, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação. 10.4. Caberá ao fornecedor beneficiários da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independente dos quantitativos registrados em Ata, desde que não prejudique as obrigações assumidas com a Prefeitura Municipal de JATOBÁ-MA. 10.5. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por participante extraordinário, a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e participantes/não participantes. 10.6. As adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e participantes, independentemente do número de não participantes que aderirem.

11. Das disposições finais: 11.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições: 11.1.1. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços; 11.1.2. Integram esta ata, o edital da licitação que originou a mesma, as propostas de preços e documentação de habilitação da empresa(s) vencedora(s); 11.1.3. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Jatobá; 11.1.4. Em razão de eventuais alterações estruturais da Prefeitura Municipal de Jatobá, poderá haver modificações nos locais de entrega dos produtos, caso em que a Prefeitura Municipal de Jatobá notificará o detentor do preço registrado para promover as mudanças necessárias; 11.1.5. O detentor do preço registrado informará à Prefeitura Municipal de Jatobá, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, qualquer alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa; 11.1.6. Na hipótese de fusão, cisão, incorporação ou associação do detentor do registro com outrem, a Prefeitura Municipal de Jatobá reserva-se o direito de rescindir a Ata, ou continuar sua execução com a empresa resultante da alteração social; 11.1.7. A empresa fornecedora não poderá utilizar o nome da Prefeitura Municipal de Jatobá, ou sua qualidade de empresa fornecedora em quaisquer atividades de divulgação profissional, como, por exemplo, em cartões de visitas, anúncios diversos, impressos etc., sob pena de imediato cancelamento desta Ata e do contrato decorrente, independentemente de aviso ou interpelação judicial, sem prejuízo da responsabilidade da empresa fornecedora; 11.1.8. A empresa fornecedora está ciente de que deve guardar por si, por seus empregados, ou prepostos, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, ou que por qualquer forma ou modo venham tomar conhecimento, o mais completo e absoluto sigilo, em razão dos produtos a serem confiados, ficando, portanto, por força da lei, civil e criminalmente responsável por sua indevida divulgação, descuidada ou incorreta utilização, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que der causa. **12.**

Da divulgação e publicação da Ata de Registro de Preços: 12.1. O(s) preço(s) do(s) produto(s) registrado(s) com indicação do(s) fornecedor(es) será divulgado no sítio oficial do poder executivo de JATOBÁ-MA (www.jatoba.ma.gov.br) e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços. 12.2. A íntegra da presente Ata de Registro de Preço será publicada na imprensa oficial (art. 6º, XIII, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores). **13. Dos casos omissos:** 13.1. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 10.520/2002, Lei nº 123/2006 e alterações posteriores, Decreto Municipal nº 347/2011, Decreto Municipal nº 008/2018 e subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e dos princípios gerais de direito. **14. Do Foro:** 14.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Colinas-MA, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da interpretação deste contrato com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente ata, as partes assinam o presente instrumento, que foi impresso em 03 (três) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas para que surtam seus legais e jurídicos efeitos. Jatobá (MA), 04 de maio de 2018. CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Jatobá-MA**, Sra. Francisca Consuelo Lima da Silva, Prefeita Municipal. FORNECEDOR REGISTRADO: MARCIO G. A. JALES – ME - DUTRA FARMA DISTRIBUIDORA, CNPJ nº: 13.757.465/0001-33, representada por Isaque Rodrigues da Silva, CPF nº 372.284.043-00.

Autor da Publicação: Erline Araujo Muniz

Prefeitura Municipal de Mirador

LEI Nº 344/ 2018, DE 07 DE MAIO DE 2018.

LEI Nº 344/ 2018, DE 07 DE MAIO DE 2018.

Dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária do Município de MIRADOR para o exercício de 2019 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MIRADOR - ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no artigo 165, § 2º, da Constituição Federal e no artigo 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, as diretrizes orçamentárias do Município de MIRADOR - MA para 2019, compreendendo:

- I** - as metas e prioridades da Administração Pública Municipal;
- II** - a estrutura e a organização dos orçamentos;
- III** - as diretrizes específicas para o Poder Legislativo;
- IV** - as diretrizes gerais para a elaboração e a execução dos orçamentos do município e suas alterações;
- V** - as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
- VI** - as disposições sobre alterações na legislação tributária do Município;
- VII** - as disposições relativas à Dívida Pública Municipal; e
- VIII** - as disposições finais.

Parágrafo único. Integram esta lei os seguintes Anexos:

- I** - de Metas Fiscais;
- II** - de Riscos Fiscais; e
- III** - de Obras em Andamento.

CAPÍTULO I - METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º As metas e prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício de 2019 estão estabelecidas na lei do Plano Plurianual relativo ao período 2018-2021.

§ 1º Os orçamentos serão elaborados em consonância com as metas e prioridades estabelecidas na forma do caput deste artigo.

§ 2º Na destinação de recursos às ações constantes do projeto de lei orçamentária serão adotados os critérios estabelecidos em lei específica ou no Plano Plurianual.

Art. 3º Em conformidade com o disposto no § 2º do artigo 165 da Constituição Federal e no artigo 4º da Lei Complementar nº 101/2000, as metas e prioridades para o exercício financeiro de 2019 terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária, mas não se constituem em limite à programação das despesas. **§ 1º** Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2019, será dada maior prioridade:

- I** - às políticas de inclusão;
- II** - à austeridade na gestão dos recursos públicos;
- III** - à promoção do desenvolvimento econômico sustentável;
- IV** - à promoção do desenvolvimento urbano;
- V** - à promoção do desenvolvimento rural; e

VI - à conservação e à revitalização do ambiente.

§ 2º A execução das ações vinculadas às metas e prioridades do Anexo a que se refere o caput estará condicionada à manutenção do equilíbrio das contas públicas, conforme Anexo de Metas Fiscais que integra a presente lei.

Art. 4º Na elaboração do Orçamento da Administração Pública Municipal buscar-se-á a contribuição de toda a sociedade, num processo de democracia participativa, voluntária e universal, por meio do Orçamento Participativo, em conformidade com o disposto no art.44, da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade.

Art. 5º O Município de MIRADOR viabilizará atendimento integral às pessoas portadoras de deficiência e às pessoas idosas em todos os órgãos da Administração Direta e Indireta, incluindo-as em políticas públicas voltadas à satisfação de suas necessidades.

CAPÍTULO II - ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 6º O projeto de lei orçamentária do Município de MIRADOR relativo ao exercício de 2019 deve assegurar os princípios de justiça, incluída a tributária, de controle social e de transparência na elaboração e execução do orçamento, observado o seguinte:

I - o princípio de justiça social implica assegurar, na elaboração e na execução do orçamento, projetos e atividades que possam reduzir as desigualdades entre indivíduos e regiões do Município, bem como combater a exclusão social;

II - o princípio de controle social implica assegurar a todos os cidadãos a participação na elaboração e no acompanhamento do orçamento; e

III - o princípio de transparência implica, além da observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o real acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

Art. 7º Para efeito desta Lei entende-se por:

I - unidade orçamentária: o menor nível da classificação institucional, agrupada em

órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

II - diretriz: o conjunto de princípios que orienta a execução dos Programas de Governo;

III - função: o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público;

IV - subfunção: uma partição da função que visa agregar determinado subconjunto da despesa do setor público;

V - programa: o instrumento de organização da ação governamental que visa à concretização dos objetivos pretendidos, mensurados por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual;

VI - atividade: o instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente e das quais resulta um produto necessário à manutenção das ações de governo;

VII - projeto: o instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento das ações de governo;

VIII - operação especial: o conjunto de despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo das quais não resulta um produto e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços, representando, basicamente, o detalhamento da função, Encargos Especiais; e

IX - modalidade de aplicação: a especificação da forma de aplicação dos recursos

orçamentários.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir seus objetivos sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a sub função às quais se vincula.

§ 3º As categorias de programação de que trata esta lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária por programas, atividades, projetos, ou operações especiais, mediante a indicação de suas metas físicas, sempre que possível.

Art. 8º As metas físicas serão indicadas no desdobramento da programação vinculada aos respectivos projetos e atividades.

Art. 9º O Orçamento Fiscal que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal até 31 de agosto de 2018, compreenderá a programação dos Poderes Legislativo e Executivo do Município.

Art. 10. O Orçamento Fiscal discriminará a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, com as respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, a categoria econômica, o grupo de natureza da despesa, a modalidade de aplicação, o elemento de despesa, o identificador de uso e a fonte de recursos.

§ 1º As categorias econômicas estão assim detalhadas:

I - Despesas Correntes; e

II - Despesas de Capital.

§ 2º Os grupos de natureza da despesa constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme a seguir discriminados:

I - pessoal e encargos sociais;

II - juros e encargos da dívida;

III - outras despesas correntes;

IV - investimentos;

V - inversões financeiras, incluídas quaisquer despesas referentes à constituição ou ao aumento de capital de empresas; e

VI - amortização da dívida.

§ 3º Na especificação das modalidades de aplicação será observado, no mínimo, o seguinte detalhamento:

I - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos;

II - Transferências a Instituições Multigovernamentais; e

III - Aplicações Diretas.

§ 4º A especificação por elemento de despesa será apresentada por unidade orçamentária.

§ 5º A Lei Orçamentária indicará as fontes de recursos regulamentadas pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e pelo Tribunal de Contas do Estado do Maranhão - TCE/MA.

I - O Município poderá incluir na Lei Orçamentária outras fontes de recursos para atender às suas peculiaridades, além daquelas determinadas no § 5º deste artigo; e

II - As fontes de recursos indicadas na Lei Orçamentária serão regulamentadas por decreto do Poder Executivo.

§ 6º Durante a execução orçamentária, as fontes de recursos previstas poderão ser alteradas ou novas poderão ser incluídas exclusivamente pela Secretaria Municipal de Administração, mediante publicação de Decreto, com as devidas justificativas.

§ 7º As receitas oriundas de aplicações financeiras terão as mesmas fontes dos recursos originais.

§ 8º A Reserva de Contingência prevista no artigo 39 desta Lei será identificada pelo dígito 9 no que se refere à categoria econômica, ao grupo de natureza da despesa, à modalidade de aplicação, ao elemento de despesa e à fonte de recursos.

Art. 11. A lei orçamentária discriminará em programas de trabalho específicos, as dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciais, inclusive o cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado consideradas de pequeno valor.

Parágrafo único. Para atender ao disposto no caput desse artigo, serão considerados os pedidos protocolados até 1º de julho de 2018.

Art. 12. Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar na elaboração dos Orçamentos, as eventuais modificações ocorridas na estrutura organizacional do Município, bem como na classificação orçamentária da receita e da despesa, por alterações na legislação federal ocorridas após o encaminhamento da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2019 ao Poder Legislativo.

Art. 13. A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária conterá:

I - o comportamento da arrecadação do exercício anterior;

II - o demonstrativo dos gastos públicos, por órgão, da despesa efetivamente executada no ano anterior em contraste com a despesa autorizada;

III - a situação observada no exercício de 2017 em relação ao limite de que tratam os artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar nº 101/2000;

IV - o demonstrativo do cumprimento da legislação que dispõe sobre a aplicação de recursos resultantes de impostos na manutenção e desenvolvimento do Ensino;

V - o demonstrativo do cumprimento do disposto na Emenda Constitucional nº 29/2000, que dispõe sobre a aplicação de recursos resultantes de impostos em saúde;

VI - a discriminação da Dívida Pública total acumulada; e

VII - a indicação do órgão que apurará os resultados primário e nominal para fins de avaliação do cumprimento das metas.

Art. 14. O projeto de lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal constituir-se-á de:

I - texto da lei;

II - quadros orçamentários consolidados;

III - anexo do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta lei;

IV - anexo do Orçamento de Investimento a que se refere o art. 165, § 5º, inciso II, da Constituição Federal, na forma definida nesta lei; e

V - discriminação da legislação da receita e da despesa referentes ao Orçamento Fiscal.

§ 1º Integrarão o Orçamento Fiscal todos os quadros previstos no art. 22, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

§ 2º Integrarão o Orçamento de Investimento, no que lhe couber, os quadros previstos na mesma lei citada no parágrafo anterior.

CAPÍTULO III - DIRETRIZES ESPECÍFICAS PARA O PODER LEGISLATIVO

Art. 15. O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar o percentual de 7% (sete por cento) relativo ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do artigo 153 e nos artigos 158 e 159 da Constituição Federal efetivamente realizado no exercício anterior.

§ 1º O duodécimo devido à Câmara Municipal será repassado até o dia 20 de cada mês, sob pena de crime de responsabilidade do Prefeito do Município, conforme disposto no inciso II do § 2º do artigo 29-A da Constituição Federal.

§ 2º A despesa total com folha de pagamento do Poder Legislativo, incluídos os subsídios dos Vereadores, não poderá ultrapassar a setenta por cento de sua receita, de acordo com o estabelecido no § 1º do artigo 29-A da Constituição Federal.

Art. 16. O Poder Legislativo encaminhará ao Poder Executivo sua proposta orçamentária, para fins de consolidação, até o dia 10 de junho do corrente ano, observadas as disposições desta Lei.

CAPÍTULO IV - DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO

DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

SEÇÃO I - Diretrizes Gerais

Art. 17. A elaboração do projeto de lei e a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2019 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observado o princípio da publicidade e permitido o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas, bem como deverão levar em conta a obtenção dos resultados previstos no Anexo de Metas Fiscais que integra a presente lei, além dos parâmetros da Receita Corrente Líquida, visando ao equilíbrio orçamentário financeiro.

§ 1º Serão divulgados na Internet, ao menos:

I - pelo Poder Legislativo, no que lhe couber, os instrumentos de gestão previstos no caput do artigo 48 da Lei Complementar nº 101/2000.

II - pelo Poder Executivo:

III - a estimativa das receitas de que trata o § 3º do artigo 12 da Lei Complementar

101/2000;

IV - a proposta de Lei Orçamentária e seus anexos;

V - a Lei Orçamentária Anual e seus anexos; e

VI - as alterações orçamentárias realizadas mediante a abertura de Créditos Adicionais.

§ 2º Para o efetivo cumprimento da transparência da gestão fiscal de que trata o caput deste artigo, o Poder Executivo, por meio da Secretaria Municipal de Administração, deverá:

I - manter atualizado o endereço eletrônico, de livre acesso a todo cidadão, com os instrumentos de gestão descritos no *caput* do artigo 48 da Lei Complementar nº 101/2000; e

II - providenciar as medidas previstas no inciso II do § 1º deste artigo a partir da execução da Lei Orçamentária Anual do exercício de 2019 e nos prazos definidos pela Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 18. O Poder Executivo, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Administração, deverá elaborar e publicar a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, especificado por órgão, agrupando-se as fontes vinculadas e não-vinculadas, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000, visando ao cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta lei.

§ 1º A Câmara Municipal de MIRADOR deverá enviar ao Poder Executivo, até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2019, a programação de desembolso mensal para o referido exercício.

§ 2º O Poder Executivo deverá publicar a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2019.

Art. 19. No prazo previsto no artigo anterior desta Lei, o Poder Executivo, sob a

coordenação da Secretaria Municipal de Administração, deverá publicar as receitas previstas, desdobradas em metas bimestrais, juntamente com as medidas de combate à evasão e à sonegação, bem como as quantidades e valores das ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa e o montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa, nos termos do art. 13 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 20. Verificado, ao final de um bimestre, que a execução das despesas foi superior à realização das receitas, o Poder Legislativo e o Poder Executivo promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, a limitação de empenho e de movimentação financeira.

§ 1º Caso haja necessidade, a limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para o cumprimento do disposto no artigo 9º da Lei Complementar nº 101/2000, visando atingir as metas fiscais previstas no Anexo I desta Lei, será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de Outras Despesas Correntes e de Investimentos de cada Poder, excluídas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal de execução.

§ 2º Na hipótese da ocorrência do disposto no caput deste artigo, o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

Art. 21. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos Programas de Governo.

Art. 22. As propostas parciais dos Poderes Legislativo e Executivo serão elaboradas segundo os preços vigentes no mês de maio de 2018 e apresentadas à Secretaria Municipal de Administração até o dia 10 de junho de 2018 para fins de consolidação do projeto de Lei Orçamentária.

Art. 23. Os projetos em fase de execução terão prioridade sobre os novos.

Parágrafo único. A programação de novos projetos dependerá de prévia comprovação de sua viabilidade técnica e financeira.

Art. 24. É obrigatória a destinação de recursos para compor a contrapartida de transferências voluntárias efetuadas pela União e pelo Estado, bem como de empréstimos internos para o pagamento de sinal, de amortização, de juros e de outros encargos, observado o cronograma de desembolso da respectiva operação.

Parágrafo único. Somente serão incluídas na proposta orçamentária anual dotações relativas às operações de crédito contratadas ou autorizadas pelo Legislativo Municipal e pelo Senado Federal até 30 de maio de 2018.

Art. 25. A Lei Orçamentária de 2019 somente incluirá dotações para o pagamento de precatórios cujos processos contenham

certidão de trânsito em julgado da decisão exequênda e que não tenham sido opostos embargos ou qualquer impugnação aos respectivos cálculos.

Art. 26. A Assessoria Jurídica do Município encaminhará à Secretaria Municipal de Administração, até 15 de julho do corrente ano, a relação dos débitos decorrentes de precatórios judiciais inscritos até 1º de julho de 2018, a serem incluídos na proposta orçamentária de 2019 devidamente atualizados, conforme determinado pelo art. 100, § 1º, da Constituição Federal, e discriminada por grupos de natureza de despesas, conforme detalhamento constante do artigo 10 dessa lei, especificando:

- I** - número e data do ajuizamento da ação originária;
- II** - número do precatório;
- III** - tipo da causa julgada (de acordo com a origem da despesa);
- IV** - enquadramento (alimentar ou não-alimentar);
- V** - data da autuação do precatório;
- VI** - nome do beneficiário;
- VII** - valor do precatório a ser pago;
- VIII** - data do trânsito em julgado; e
- IX** - número da vara ou comarca de origem.

Parágrafo único. A atualização monetária dos precatórios determinada no § 1º do artigo 100 da Constituição Federal e das parcelas resultantes observará, no exercício de 2018, os índices adotados pelo Poder Judiciário respectivo.

Art. 27. As obras já iniciadas terão prioridade na alocação dos recursos para a sua continuidade e/ou conclusão.

Art. 28. Na programação da despesa não poderão ser:

- I** - fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras; e
- II** - incluídas despesas a título de Investimentos - Regime de Execução Especial -ressalvados os casos de calamidade pública formalmente reconhecidos na forma do art.167, § 3º, da Constituição.

Art. 29. Na proposta orçamentária não poderão ser destinados recursos para atender a despesas com:

- I** - ações que não sejam de competência exclusiva do Município ou comuns ao Município, à União e ao Estado, ou com ações em que a Constituição Federal não estabeleça obrigação de o Município cooperar técnica e/ou financeiramente; e
- II** - clubes, associações de servidores ou quaisquer outras entidades congêneres.

§ 1º Para atender ao disposto nos incisos I e II, durante a execução orçamentária do exercício de 2019 o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo projeto de lei para a abertura de Crédito Adicional Especial.

§ 2º Excetuam-se do disposto no inciso II os projetos financiados pelo Fundo Especial de Incentivo a Projetos Esportivos.

Art. 30. É vedada a inclusão, tanto na Lei Orçamentária quanto em seus Créditos Adicionais, de dotações a título de subvenções sociais e auxílios, ressalvadas aquelas destinadas às entidades privadas sem fins lucrativos, amparadas por legislação municipal específica.

Parágrafo único. Os repasses de recursos serão efetivados mediante convênios, conforme determinam o artigo 116 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e o artigo 26 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 31. A Receita Total do Município, prevista no Orçamento Fiscal, será programada de acordo com as seguintes prioridades:

- I** - custeios administrativo e operacional, inclusive com pessoal e encargos sociais;
- II** - pagamento de amortização, juros e encargos da dívida;
- III** - contrapartida das operações de crédito; e

IV - garantia do cumprimento dos princípios constitucionais, em especial no que se refere ao ensino fundamental e à saúde e ao disposto no artigo 38 desta Lei.

Parágrafo único. Somente depois de atendidas as prioridades supra-arroladas poderão ser programados recursos para atender a novos investimentos.

Art. 32. O controle de custos e a avaliação de resultados previstos nos artigos 4º, inciso I, alínea "e", e 50, § 3º, da Lei Complementar nº 101/2000, serão realizados pela Controladoria-Geral do Município.

SEÇÃO II - Diretrizes Específicas do Orçamento Fiscal

Art. 33. O Orçamento Fiscal estimará as receitas efetivas e potenciais de recolhimento centralizado do Tesouro Municipal e fixará as despesas dos Poderes Legislativo e Executivo, de modo a evidenciar as políticas e programas de governo, respeitados os princípios da unidade, da universalidade, da anualidade e da exclusividade.

Art. 34. É vedada a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos adicionais suplementar e sou especiais com finalidade precisa.

Art. 35. Na estimativa da receita e na fixação da despesa serão considerados:

- I** - os fatores conjunturais que possam vir a influenciar a produtividade;
- II** - o aumento ou a diminuição dos serviços prestados e a tendência do exercício; e
- III** - as alterações tributárias.

Art. 36. O Município aplicará, no mínimo, 25% de sua receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências constitucionais, na manutenção e no desenvolvimento do ensino, conforme dispõe o artigo 212 da Constituição Federal.

Art. 37. O Município aplicará, no mínimo, quinze por cento em ações e serviços públicos de saúde, conforme disposto no inciso III do artigo 7º da Emenda Constitucional nº 29/2000 e no artigo 77, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 38. Do total das Receitas Correntes da Administração Direta serão aplicados no mínimo dois por cento na função Assistência Social.

Parágrafo único. A base de cálculo para aferir o percentual do *caput* será a receita efetivamente arrecadada no exercício financeiro de 2018, excluídas as Transferências de Convênios.

Art. 39. A lei orçamentária conterá Reserva de Contingência em montante equivalente a, no mínimo, um por cento da Receita Corrente Líquida, destinada a atender aos passivos contingentes e a outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 40. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no § 2º do art. 167 da Constituição Federal, será efetivada mediante decreto do Poder Executivo.

SEÇÃO III - Diretrizes Específicas do Orçamento de Investimento

Art. 41. O Orçamento Fiscal destinará recursos, mediante projetos específicos, às empresas que compõem o Orçamento de Investimento.

Art. 42. O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista terá sua despesa totalizada por empresa, ficando seu programa de trabalho destacado por projeto ou atividade, seguindo a mesma classificação funcional-programática adotada nos demais orçamentos.

Art. 43. Não se aplicam às empresas integrantes do Orçamento de Investimento as normas gerais da Lei Federal nº 4.320/64 no que concerne ao regime contábil, à execução do orçamento e ao demonstrativo de resultados.

§ 1º Excetua-se do disposto neste artigo a aplicação, no que lhe couber, dos artigos 109 e 110 da Lei Federal nº 4.320/64 para as finalidades a que se destinam.

§ 2º A mensagem que encaminhar a proposta orçamentária anual à Câmara Municipal será acompanhada de demonstrativos que informem os montantes dos orçamentos globais de cada uma das entidades referidas neste artigo com o detalhamento das fontes que financiarão suas despesas.

Art. 44. O Orçamento de Investimento previsto no artigo 165, § 5º, inciso II, da Constituição Federal será apresentado, para cada empresa em que o Município detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto.

§ 1º Os desembolsos com aquisição de direitos do ativo imobilizado serão considerados investimento nos termos das Leis Federais nº 6.404, de 15

de dezembro de 1976; nº 9.457, de 5 de maio de 1997; e nº 10.303, de 31 de outubro de 2001.

§ 2º A despesa será discriminada segundo a classificação funcional, expressa por categoria de programação nos termos do artigo 10 desta Lei.

§ 3º O detalhamento das fontes de financiamento dos investimentos de cada empresa referida neste artigo será feito de forma a evidenciar os recursos:

I - gerados pela empresa;

II - decorrentes da participação acionária do Município; e

III - de outras origens.

SEÇÃO IV - Diretrizes Específicas do Orçamento da Seguridade Social

Art. 45. O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social, obedecerá ao disposto nos artigos 194 a 204 da Constituição Federal e contará, dentre outros, com recursos provenientes:

I - das contribuições sociais previstas constitucionalmente;

II - do orçamento fiscal; e

III - das demais receitas diretamente arrecadadas pelos órgãos, fundos e entidades que integram, exclusivamente, este orçamento.

Parágrafo único. Os recursos para atender às ações de que trata este artigo obedecerão aos valores estabelecidos no Orçamento Fiscal.

CAPÍTULO V - DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 46. As despesas com pessoal e encargos sociais para 2019 serão fixadas observando-se o disposto nas normas constitucionais aplicáveis; na Lei Complementar nº 101/2000; na Lei Federal nº 9.717, de 27 de novembro de 1998; e na legislação municipal em vigor.

Art. 47. O reajuste salarial dos servidores públicos municipais deverá observar a previsão de recursos orçamentários e financeiros constantes na Lei Orçamentária de 2018, em categoria de programação específica, observado o limite do inciso III do artigo 20 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 48. O Poder Executivo, por intermédio do órgão central de controle de pessoal civil da Administração Direta e Indireta, publicará, até 30 de julho de 2018, a tabela de cargos efetivos e comissionados integrantes do quadro geral de pessoal civil e demonstrará os quantitativos de cargos ocupados por servidores estáveis e não-estáveis e de cargos vagos, comparando-os com os quantitativos do ano anterior e indicando as respectivas variações percentuais.

§ 1º O Poder Legislativo observará o cumprimento do disposto neste artigo mediante ato próprio de seu dirigente máximo.

§ 2º Os cargos transformados em decorrência de processo de racionalização de planos de carreiras dos servidores municipais serão incorporados à tabela referida neste artigo.

Art. 49. Os Poderes Legislativo e Executivo, na elaboração de suas propostas orçamentárias, terão como base de cálculo, para fixação da despesa com pessoal e encargos sociais, a folha de pagamento de agosto de 2018, projetada para o exercício financeiro de 2019, considerando os eventuais acréscimos legais a serem concedidos aos servidores públicos municipais, as alterações de planos de carreira e as admissões para preenchimento de cargos, sem prejuízo do disposto nos artigos 18 e 19 da Lei Complementar nº 101/2000 e observado o contido no inciso II do art. 37 da Constituição Federal.

Parágrafo único. Para atender ao disposto no caput deste artigo serão observados os limites estabelecidos na Emenda Constitucional nº 25, de 14 de fevereiro de 2000, e na Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 50. No exercício financeiro de 2019, observado o disposto no artigo 169 da Constituição Federal, somente poderão ser admitidos servidores se:

I - existirem cargos vagos a preencher, demonstrados na tabela a que se refere o artigo 48 desta Lei;

II - houver vacância, após 31 de julho de 2019, dos cargos ocupados constantes da referida tabela;

III - houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa; e

IV - forem observados os limites previstos no artigo 49 desta Lei, ressalvado o disposto no artigo 22, inciso IV, da Lei Complementar nº 101/2000.

Parágrafo único. A criação de cargos, empregos e funções somente poderá ocorrer depois de atendido ao disposto neste artigo; no art. 169, § 1º, incisos I e II, da Constituição Federal; e nos art. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 51. No exercício de 2019, a realização de serviço extraordinário, quando a despesa houver excedido 95% dos limites referidos no artigo 49 desta Lei, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejem situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Parágrafo único. A autorização para a realização de serviço extraordinário no âmbito do Poder Executivo é de exclusiva competência do Prefeito do Município ou daquele a quem o mesmo Prefeito delegar.

Art. 52. A proposta orçamentária assegurará no mínimo meio por cento do orçamento anual para a capacitação e desenvolvimento dos servidores municipais.

Parágrafo único. A aplicação prevista no caput ficará condicionada ao comprometimento inferior a 95% dos limites referidos no art. 49 desta Lei.

Art. 53. O disposto no art. 18, § 1º, da Lei Complementar nº 101/2000 aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal, independentemente da legalidade ou da validade dos contratos.

Parágrafo único. Não se consideram como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do caput, os contratos de terceirização relativos à execução indireta de atividades que, simultaneamente:

I - sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade, na forma de regulamento;

II - não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do

quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de cargo ou categoria extinto, total ou parcialmente; e

III - não caracterizem relação direta de emprego.

CAPÍTULO VI - DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Art. 54. Ocorrendo alterações na legislação tributária em vigor decorrentes de lei aprovada até o término deste exercício que impliquem acréscimo em relação à estimativa de receita constante do projeto de lei orçamentária, fica o Poder executivo autorizado a proceder aos devidos ajustes na execução orçamentária, observadas as normas previstas na Lei Federal nº4.320/64.

Art. 55. Os tributos poderão ser corrigidos monetariamente segundo a variação estabelecida pelo IPCAE-IBGE ou por outro indexador que venha a substituí-lo.

CAPÍTULO VII - DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 56. Os Orçamentos da Administração Direta, da Administração Indireta, da Fundação e dos Fundos Municipais deverão destinar recursos ao pagamento do serviço da dívida municipal.

Parágrafo único. Serão destinados recursos para o atendimento de despesas com juros, com outros encargos e com amortização da dívida somente às operações contratadas até 30 de abril de 2019.

CAPÍTULO IX - DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 57. Os valores das metas fiscais, anexas, devem ser considerados indicativo e, para tanto, ficam admitidas variações de forma a acomodar a trajetória que as determine até o envio do projeto de lei orçamentária de 2019 ao Legislativo Municipal.

Parágrafo único. As metas fiscais previstas no caput, depois de revistas, serão apresentadas em anexo próprio ao projeto de lei orçamentária.

Art. 58. Para os efeitos do disposto no artigo 16 da Lei Complementar nº101/2000:

I - as especificações nele contidas integrarão o processo administrativo de que trata o artigo 38 da Lei18,19 nº 8.666/93, bem como os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do artigo 182 da Constituição Federal; e

II - entendem-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º do art. 16 da Lei Complementar 101/2000, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do artigo 24 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Art. 59. Cabe à Secretaria Municipal de Administração a responsabilidade pela coordenação da elaboração e da consolidação do projeto de lei orçamentária de que trata esta Lei.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Administração determinará sobre:

I - o calendário das atividades para a elaboração dos orçamentos;

II - a elaboração e a distribuição do material que compõe as propostas parciais do Orçamento Anual dos Poderes Legislativo e Executivo do Município, seus Órgãos, Autarquias, Fundação, Fundos e Sociedades de Economia Mista; e

III - as instruções para o devido preenchimento das propostas parciais dos orçamentos de que trata esta lei.

Art. 60. A execução orçamentária dos órgãos da administração direta e indireta constantes do orçamento fiscal, será processada por meio de sistema informatizado único.

Art. 61. São vedados quaisquer procedimentos, pelos ordenadores de despesas, que possibilitem a execução destas sem a comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Parágrafo único. Serão registrados, no âmbito de cada órgão, todos os atos e fatos relativos à gestão orçamentária e financeira efetivamente ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do caput deste artigo.

Art. 62. Os recursos provenientes de convênios repassados pelo Município deverão ter sua aplicação comprovada mediante prestação de contas.

Art. 63. A Secretaria Municipal de Administração divulgará, no prazo de vinte dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD, especificando-o por atividades, projetos e operações especiais em cada unidade orçamentária contidas no Orçamento Fiscal, bem como as demais normas para a execução orçamentária.

Art. 64. Os recursos decorrentes de emendas que ficarem sem despesas correspondentes ou que alterem os valores da receita orçamentária poderão ser utilizados mediante créditos adicionais suplementares e especiais com prévia e específica autorização legislativa, nos termos do art. 166, § 8º, da Constituição Federal.

Art. 65. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE MIRADOR, ESTADO DO MARANHÃO, EM 07 DE MAIO DE 2018.

JOSÉ RON-NILDE PEREIRA DE SOUSA

PREFEITO MUNICIPAL

Autor da Publicação: GUILHERME COSTA CAMPOS

LEI Nº 345/2018, DE 07 DE MAIO DE 2018.

Lei nº 345/2018, DE 07 DE MAIO DE 2018.

“Dispõe sobre a inclusão de novos Conselhos Escolares à Lei 322/2017, que as tornam Instituições de utilidade pública”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MIRADOR - ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica inclusos e considerados de utilidade pública municipal os Conselhos Escolares ou Entidades Executoras, fundadas na Rede Pública Municipal de Mirador-Maranhão, a seguir, de acordo com seus Estatutos, Atas, e Cadastro de Pessoas Jurídicas-CNPJ:

a) Conselho Escolar da Zona Urbana:

I- Conselho Escolar “Antônio Borba Magalhães”, Cento;

II- Conselho Escolar “Iêdo Flamarion Lobão”, Centro;

III- Conselho Escolar “Firmino Galvão de Souza Lima”, Bairro Muriçoca;

IV- Conselho Escolar “Antônio Joaquim de Souza”- sede;

V- Conselho Escolar “Gastão Dias Vieira” - sede;

VI- Conselho Escolar “Professora Alzira Casabone”- sede;

VII- Conselho Escolar “Creche Casa da Criança Feliz”- sede;

VIII- Conselho Escolar “Joarezita Carreiro Lima Passos”- sede.

b) Conselho Escolar da Zona Rural

I- Conselho Escolar “Orsina Lobão”, Povoado Conceição;

II- Conselho Escolar “João Rodrigues da Silva”, Povoado Ibipira;

III- Conselho Escolar “Balbino de Souza”, Povoado Passagem Bonita;

IV- Conselho Escolar “Simeão de Sá Brandão”, Povoado Sanharó;

V- Conselho Escolar “Aristides Lobão”, Povoado Cocos;

VI- Conselho Escolar “Maria José Pereira de Sá”, Povoado Santana do Joanísio.

VII- Conselho Escolar “Raimundo Raposo de Carvalho”, Povoado Caiçarinha;

VIII- Conselho Escolar “Eugenio Barros”, Bananas;

IX- Conselho Escolar “José de Alencar”, Mosquito;

- IIIX- Conselho Escolar “Nelson Raposo”, Santana do Nelson;
- IIIX- Conselho Escolar “Eva Cabral Farias Rosa”, Liso;
- X- Conselho Escolar “Olavo Bilac”- São João;
- XI- Conselho Escolar “Domingos Lagoa”- Lagoa;
- XII- Conselho Escolar “Santa Luzia”- Lamarão;
- XIII- Conselho Escolar “Maria José Pereira de Sá”- Santana do Joanísio;
- XIV- Conselho Escolar “Heliodoro Ferreira”- Cocos;
- XV- Conselho Escolar “Gonçalves Dias”- Bacurizeiro;
- XVI- Conselho Escolar “José de Ribamar Lima” – Pindaíba. J. Severo;
- XVII- Conselho Escolar “São Sebastião”- Angico;
- XVIII- Conselho Escolar “Isa Raposo Borba Guimarães”- Canto da Lagoa;
- XIX- Conselho Escolar “Maria José Gomes”- Guabiraba;
- XX- Conselho Escolar “Marechal Rondon”- Baixa Grande;
- XXI- Conselho Escolar “São Jerônimo”- Barra da Cacimba;
- XXII- Conselho Escolar “Coelho Neto”- Isidoro;
- XXIII- Conselho Escolar “Francisco Luís da Fonseca”- Ibipira;
- XXIV- Conselho Escolar “Iran Texeira”- Sítio Seco;
- XXV- Conselho Escolar “Olga Brandão”- Santa Maria;
- XXVI- Conselho Escolar “José Caetano Neto”- Passagem Bonita;
- XXVII- Conselho Escolar “Princesa Isabel”- Saco da Serra;
- XXVIII- Conselho Escolar “Anísio Deloncre”- Santa Rosa;
- XXIX- Conselho Escolar “Virgino Souza Rios”- Buriti;
- XXX- Conselho Escolar “Dom Pedro II”- Saco das Tabocas;
- XXXI- Conselho Escolar “João Batista Figueiredo”- ;
- XXXII- Conselho Escolar “Machado de Assis”- Bom Jardim.

Art. 2º Os Conselhos Escolares ou Unidades executoras, de que tratam o artigo anterior, deve ter seus estatutos elaborados de acordo com as exigências pertinentes ao:

- I- Ministério da educação;
- II- Fundo Nacional de Desenvolvimento de Educação-FNDE;
- III- Secretaria de Estado de Educação;
- IV- Secretaria Municipal de Educação;
- V- Conselho Federal, Estadual e Municipal de Educação.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE MIRADOR, ESTADO DO MARANHÃO, EM 07 DE MAIO DE 2018.

José Ron-Nilde Pereira de Sousa

Prefeito Municipal de Mirador

Autor da Publicação: GUILHERME COSTA CAMPOS

Prefeitura Municipal de Nova Iorque

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA IORQUE - EXTRATO DE CONTRATO Nº 04/2018

EXTRATO DE CONTRATO Nº 04/2018 - PROC. ADMINISTRATIVO Nº 07/2018 Dispensa de Licitação nº 02/2018. PARTES: Câmara Municipal de Nova Iorque e a empresa F. DAS C. LEITE SOARES - MECNPJ 01.655.574/0001-60. **OBJETO:** Possível Aquisição fracionada de Combustível para veículo automotor. **VALOR TOTAL:** R\$ 7.564,50 (sete mil quinhentos e sessenta e quatro reais cinquenta centavos). **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 07 (sete) meses. **AMPARO LEGAL:** Lei Federal 8.666/93; **DATA DE ASSINATURA:** 18 de maio de 2018; **FORO:** Comarca de Pastos Bons - MA. **ASSINATURAS:** Walmir Moura de Oliveira – Presidente da Câmara Municipal de Nova Iorque como Contratante e Francisco das Chagas Leite Soares pela Contratada. Nova Iorque, 28 de maio de 2018. Publique-se. Walmir Moura de Oliveira Presidente da Câmara Municipal.

Autor da Publicação: Idelfran de Sousa Pereira

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA IORQUE - EXTRATO DE CONTRATO Nº 03/2018

EXTRATO DE CONTRATO Nº 03/2018 - PROC. ADMINISTRATIVO Nº 05/2018 Tomada de Preço nº 02/2018. PARTES: Câmara Municipal de Nova Iorque e a empresa **TEC SERVICE - TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E LOCAÇÕES** CNPJ 21.600.587/0001-40. **OBJETO:** Locação de veículo automotivo sem condutor. **VALOR TOTAL:** R\$ 26.055,00 (vinte e seis mil cinquenta e cinco reais). **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 09 (nove) meses. **AMPARO LEGAL:** Lei Federal 8.666/93; **DATA DE ASSINATURA:** 15 de março de 2018; **FORO:** Comarca de Pastos Bons - MA. **ASSINATURAS:** Walmir Moura de Oliveira – Presidente da Câmara Municipal de Nova Iorque como Contratante e Raimundo de Oliveira Dias pela Contratada. Nova Iorque, 28 de maio de 2018. Publique-se. Walmir Moura de Oliveira Presidente da Câmara Municipal.

Autor da Publicação: Idelfran de Sousa Pereira

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA IORQUE - EXTRATO DE CONTRATO Nº 02/2018

EXTRATO DE CONTRATO Nº 01/2018 - PROC. ADMINISTRATIVO Nº 02/2018 Dispensa de Licitação nº 01/2018. PARTES: Câmara Municipal de Nova Iorque e a empresa **COMPUTEX INFORMÁTICA LTDA - ME** CNPJ 04.097.715/0001-65. **OBJETO:** Serviço de acesso a internet em banda larga com implantação e manutenção. **VALOR TOTAL:** R\$ 7.400,00 (sete mil e quatrocentos reais). **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 10 (dez) meses. **AMPARO LEGAL:** Lei Federal 8.666/93; **DATA DE ASSINATURA:** 02 de março de 2018; **FORO:** Comarca de Pastos Bons - MA. **ASSINATURAS:** Walmir Moura de Oliveira –

Presidente da Câmara Municipal de Nova Iorque como Contratante e Antonio Orione Coelho de Sousa pela Contratada. Nova Iorque, 28 de maio de 2018. Publique-se. Walmir Moura de Oliveira Presidente da Câmara Municipal.

Autor da Publicação: Idelfran de Sousa Pereira

Prefeitura Municipal de Santa Rita

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 002/2018. RESULTANTE DO PREGÃO PRESENCIAL EM SRP Nº: 002/2018.

OBJETO: contratação de empresa especializada em fornecimento de combustível para atender às necessidades do município de Santa Rita - MA. **PARTES:** **Secretaria Municipal de Administração e Finanças**, e a empresa **AUTO POSTO MARANHENSE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA. BASE LEGAL:** Lei Federal Nº: 8.666/93, Lei Federal Nº: 10.520/2002, Decreto Federal Nº: 3.555/2000, da Lei Complementar Nº: 123/2006, Decreto Federal Nº: 7892/13, alterado pelo Decreto Federal Nº: 8.250/14 e demais normas regulamentares pertinentes à espécie. **VALOR DO ATA:** R\$ 1.393.500,00 (um milhão, trezentos e noventa e três mil e quinhentos reais). **VALIDADE DA ATA:** 12 (doze) meses, a contar da data de sua publicação. **FORO:** Comarca de Santa Rita - MA. **ASSINATURAS:** ARAURY SILVA SANTOS ARAÚJO - **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS (CONTRATANTE)** e JOSÉ FRANCISCO VILANOVA SIMPLICIO - **AUTO POSTO MARANHENSE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA.**

ADMINISTRAÇÃO					
ITE	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUAT.	PR UNIT.	PR. TOTAL
1	Gasolina Comum	L	75000	3,87	290.250,00
2	Óleo Diesel Comum	L	75000	3,24	243.000,00
3	Óleo Diesel S10	L	50000	3,27	163.500,00
VALOR					R\$696.750,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL					
1	Gasolina Comum	L	75000	3,87	290.250,00
2	Óleo Diesel Comum	L	75000	3,24	243.000,00
3	Óleo Diesel S10	L	50000	3,27	163.500,00
TOTAL					696.750,00

Autor da Publicação: João Victor

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 001/2018. RESULTANTE DO PREGÃO PRESENCIAL EM SRP Nº: 002/2018

OBJETO: eventual contratação de empresa especializada em fornecimento de combustível para atender às necessidades do município de Santa Rita - MA. **PARTES:** da **Secretaria Municipal de Administração e Finanças**, e a empresa **AUTO POSTO SANTA RITA LTDA. BASE LEGAL:** Lei Federal Nº: 8.666/93, Lei Federal Nº: 10.520/2002, Decreto Federal Nº: 3.555/2000, da Lei Complementar Nº: 123/2006, Decreto Federal Nº: 7892/13, alterado pelo Decreto Federal Nº: 8.250/14 e demais normas regulamentares pertinentes à espécie. **VALOR DA ATA:** R\$ 1.397.500,00 (um milhão, trezentos e

noventa e sete mil e quinhentos reais) **VALIDADE DA ATA:** 12 (doze) meses, a contar da data de sua publicação. **FORO:** Comarca de Santa Rita -MA. **ASSINATURAS:** AMAURY SILVA SANTOS ARAÚJO - **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS (CONTRATANTE)** e LAÉCIO JULIO DOS REIS ABREU - **AUTO POSTO SANTA RITA LTDA.**

EDUCAÇÃO					
ITE	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUAT.	PR UNIT.	PR. TOTAL
1	Gasolina Comum	L	75000	3,88	291.000,00
2	Óleo Diesel Comum	L	75000	3,25	243.750,00
3	Óleo Diesel S10	L	50000	3,28	164.000,00
VALOR					R\$698.750,00
SAÚDE					
1	Gasolina Comum	L	75000	3,88	291.000,00
2	Óleo Diesel Comum	L	75000	3,25	243.750,00
3	Óleo Diesel S10	L	50000	3,28	164.000,00
TOTAL					698.750,00

Autor da Publicação: João Victor

DECRETO Nº. 027/2018 - DISPÕE SOBRE O ESTADO DE EMERGÊNCIA, EM RAZÃO DA GREVE DOS CAMINHONEIROS

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA - MA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica do Município. **CONSIDERANDO**, a paralisação nacional dos caminhoneiros que acarretou o desabastecimento parcial de combustível no município; **CONSIDERANDO**, a necessidade da manutenção dos serviços públicos essenciais, em função do interesse público nos casos de situação de emergência; **CONSIDERANDO**, as normas constitucionais vigentes, bem como, o artigo 24, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/1993 e demais dispositivos legais pertinentes. **DECRETA: Art. 1º** - Fica decretado o estado de emergência decorrente da situação anormal produzida pela paralisação dos caminhoneiros e da escassez de combustível, produtos alimentícios, e hospitalares no município de Santa Rita, aptas a afetar a tranquilidade e a continuidade dos serviços públicos essenciais do município. **Art. 2º** - O abastecimento para serviços essenciais de ambulâncias, transporte de alunos, merenda escolar, limpeza e segurança pública e defesa civil ocorrerá de forma regular, através de armazenagem própria do Poder Executivo, bem como, por meio de abastecimento dos veículos oficiais diretamente nos postos de combustíveis instalados no município. **Art. 3º** - Os demais serviços e os administrativos que dependam de utilização de veículos só ficarão autorizados, mediante a justificativa dos Secretários das respectivas Pastas que analisarão a sua essencialidade e emergência, ratificada pelo Chefe do Executivo. **Art. 4º** - A emergência declarada nos termos do art. 1º autoriza a adoção de todas as medidas administrativas necessárias à contenção da demanda de urgência, em especial, aquisição pública de medicamentos, insumos e materiais e a contratação de serviços estritamente necessários ao atendimento da situação emergencial, de acordo com o que preceitua o art. 24, IV, da Lei federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993. **Art. 5º** - De acordo com o artigo 167, § 3º da CF/88, é admitida ao Poder Público em Situação de Emergência a abertura de crédito extraordinário para atender a despesas imprevisíveis e urgentes. **Art. 6º** - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura. Santa Rita - MA, 25 de maio de 2018. **HILTON GONÇALO DE SOUSA - PREFEITO MUNICIPAL**

Autor da Publicação: João Victor

Prefeitura Municipal de São Francisco do Brejão

LEI MUNICIPAL Nº 273/2018 - INSTITUI O PROGRAMA MÉDICO DA FAMÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LEI MUNICIPAL nº 273, de 29 de maio de 2018. INSTITUI O PROGRAMA MÉDICO DA FAMÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, na forma dos arts. 67 e 82, inc. III, da Lei Orgânica Municipal, FAZ SABER, que a Colenda Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei: **Art. 1º.** Fica instituído no âmbito do Município o Programa Médico da Família (PMF). **Art. 2º.** O Programa Médico da Família terá por objetivos: I – Estabelecer mudanças no modelo de saúde vigente, permitindo que as famílias sejam assistidas intensamente pelos profissionais da saúde, em conjunto com as associações comunitárias, entidades assistenciais e demais setores da Administração Municipal; II – Propiciar um maior envolvimento dos profissionais de saúde com as famílias acompanhadas, estabelecendo uma relação de confiança entre as equipes de saúde e a comunidade. **Art. 3º.** As atividades desenvolvidas pelo Programa serão as seguintes: I – Cadastramento das famílias a serem assistidas no território delimitado; II – Visitas domiciliares, programadas ou solicitadas; III – Tratamento domiciliar (internações domiciliares) dos pacientes de baixo risco; IV – Promover e incentivar reuniões de grupos, visando educação, promoção e prevenção em saúde, além de discussões de ações do PMF; V – Levantamento das condições de saúde da população; VI – Identificação das áreas e grupos de risco; VII – Estudo e vigilância epidemiológica; VIII – Realização de ações básicas de saúde, de acordo com a análise dos dados epidemiológicos e demais necessidades da população; IX – Execução de programas de assistência à: a) crianças; b) gestantes; c) idosos; d) hipertensos; e) diabéticos. X – Promover cobertura vacinal através de orientação, divulgação e busca ativa; XI – Prestar serviço na unidade do PMF, como: a) atendimento ambulatorial; b) imunizações; c) coleta de exames preventivos; d) serviços de triagem; e) pequenos procedimentos; f) distribuição e administração de medicamentos; g) orientações gerais. **Art. 4º.** Cada unidade do PMF terá uma equipe de trabalho, composta de um médico, um auxiliar de enfermagem e dois agentes comunitários que será responsável por um grupo de famílias a ser determinado pela regulamentação. § 1º O ingresso dos profissionais às equipes, dar-se-á através de concurso público, nos prazos e condições a serem estipulados pela Municipalidade. § 2º A carga horária para cada profissional será de 8 (oito) horas diárias. **Art. 5º.** As equipes receberão treinamento adequado e periódico, através da Secretaria Municipal de Saúde. **Art. 6º.** O PMF iniciará com duas equipes e este número deverá ser ampliado anualmente até que venha a cobrir todo o território do Município, inclusive a área rural. **Art. 7º.** O Executivo Municipal poderá celebrar convênios e/ou termos de cooperação que se fizerem necessários à execução desta Lei. **Art. 8º.** O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de sua publicação, que estabelecerá as condições e critérios necessários para a aplicação e execução desta. **Art. 9º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. São Francisco do Brejão, 29 de maio de 2018. **ADÃO DE SOUSA CARNEIRO Prefeito Municipal**

Autor da Publicação: José Ferreira Mendes Júnior

LEI MUNICIPAL Nº 274/2018 - CRIA “SALAS DE LEITURA” NAS ESCOLAS

LEI MUNICIPAL nº 274, de 29 de maio de 2018. CRIA ‘SALAS DE LEITURA’ NAS ESCOLAS. O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, na forma dos arts. 67 e 82, inc. III, da Lei Orgânica Municipal, FAZ SABER, que a Colenda Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei: **Art. 1º.** Fica O Executivo Municipal autorizado a criar “salas de Leitura” nas Escolas. **Art. 2º.** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente e suplementadas se necessário. **Art. 3º.** Esta Lei será regulamentada pelo Executivo Municipal no prazo de 30 dias, onde constarão os critérios necessários para aplicação desta. **Art. 4º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. São Francisco do Brejão, 29 de maio de 2018. **ADÃO DE SOUSA CARNEIRO Prefeito Municipal**

Autor da Publicação: José Ferreira Mendes Júnior

LEI MUNICIPAL Nº 275/2018 - AUTORIZA A CRIAÇÃO DA BIBLIOTECA DO PROFESSOR

LEI MUNICIPAL nº 275, de 29 de maio de 2018. AUTORIZA A CRIAÇÃO DA BIBLIOTECA DO PROFESSOR. O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, na forma dos arts. 67 e 82, inc. III, da Lei Orgânica Municipal, FAZ SABER, que a Colenda Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei: **Art. 1º.** Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a criar a Biblioteca do Professor, vinculada à Secretaria de Educação do Município. **Art. 2º.** A biblioteca prevista no artigo anterior destina-se a atender aos professores das Redes Municipal, Estadual e Particular de Ensino cadastrados, e oportunizará a estes o acesso a obras e publicações, atualizadas, inerentes à educação em geral e ao processo pedagógico do ensino-aprendizagem. **Art. 3º.** O funcionamento da biblioteca contemplada por esta Lei dar-se-á na forma definida em regulamento, aproveitando-se, para tanto, ao máximo, os recursos materiais e humanos disponíveis na atual estrutura orgânico-administrativa da Municipalidade. **Art. 4º.** Anualmente, o Chefe do Poder Executivo consignará, no Orçamento-Programa do Município, recursos específicos para fazer face às despesas decorrentes da manutenção da Biblioteca do Professor, os quais integrarão os valores relativos aos percentuais institucionais destinados à educação pelo Município. **Art. 5º.** O Chefe do Poder Executivo regulamentará a presente Lei. **Art. 6º.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. São Francisco do Brejão, 29 de maio de 2018. **ADÃO DE SOUSA CARNEIRO Prefeito Municipal**

Autor da Publicação: José Ferreira Mendes Júnior

LEI MUNICIPAL Nº 276/2018 - INSTITUI PRÊMIO MULHER DESTAQUE

LEI MUNICIPAL nº 276, de 29 de maio de 2018. INSTITUI PRÊMIO MULHER DESTAQUE, CONFORME ESPECIFICA. O

PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, na forma dos arts. 67 e 82, inc. III, da Lei Orgânica Municipal, FAZ SABER, que a Colenda Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei: **Art. 1º.** Institui o prêmio “MULHER DESTAQUE” através do qual serão homenageadas mulheres que tenham se destacado profissional e socialmente, com o objetivo de valorizar a mulher no contexto da cidadania. **Parágrafo único.** A premiação ocorrerá, anualmente, durante as comemorações do Dia Internacional da Mulher. **Art. 2º.** Noventa (90) dias antes da data referida no parágrafo único do artigo anterior, através do Poder executivo, será designada Comissão Especial, constituída de 07 (sete) membros oriundos de entidades sociais, de prestação de serviços, associações em geral e do Poder Público Municipal, que procederá a análise e triagem das personalidades a serem indicadas ao Prefeito Municipal, como merecedoras da homenagem. **Parágrafo único.** As indicações referidas serão submetidas ao Prefeito Municipal, em tempo hábil, o qual escolherá através de decreto, para premiação até 10 (dez) personalidades. **Art. 3º.** O prêmio MULHER DESTAQUE de que trata esta Lei será escolhido mediante concurso. **Art. 4º.** As despesas com a execução da presente Lei, correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário. **Art. 5º.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. São Francisco do Brejão, 29 de maio de 2018. **ADÃO DE SOUSA CARNEIRO Prefeito Municipal**

Autor da Publicação: José Ferreira Mendes Júnior

Prefeitura Municipal de São José dos Basílios

DECRETO Nº 08/2018, DE 28 DE MAIO DE 2018

O Prefeito Municipal de Mirador, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica declarado PONTO FACULTATIVO nos órgãos da Administração Pública Municipal, o dia 01 de junho de 2018 (sexta-feira), data que sucede o feriado do Dia de Corpus Christi (31/05), excetuando-se as atividades ou serviços considerados essenciais, tais como Saúde, Segurança e Limpeza Pública;

Art. 2º – O atendimento dos serviços públicos essenciais, na data mencionada no artigo anterior, deverá ser garantido pelos órgãos da Administração Municipal, por intermédio de escalas de serviço ou plantão.

Art. 3º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS BASÍLIOS/MA,
EM 29 DE MAIO DE 2018.

CREGINALDO RODRIGUES DE ASSIS

Prefeito Municipal

Autor da Publicação: Aldo da Silva Melo

Prefeitura Municipal de Senador La Rocque**RESENHA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2018**

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS, pelo período de 12 (doze) meses, para eventual aquisição de urnas funerárias, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Senador La Rocque - MA. VALOR TOTAL REGISTRADO: R\$ 202.008,00 (Duzentos e dois mil, e oito reais). PARTES: Prefeitura Municipal de Senador La Rocque/MA, através da Secretaria Municipal de Assistência Social e a empresa: FUNERÁRIA PAX IMPERIAL EIRELI - ME; Pregão Presencial nº 015/2018. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 10.520/2002, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 033/2018, no Decreto Municipal nº 035/2018 (SRP), aplicando-se, subsidiariamente, no que couberem, a Lei Federal nº 8.666/1993, a Lei Complementar nº 123/2006 e demais normas pertinentes à espécie. PRAZO DE VALIDADE DA ATA: A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contada a partir da data de sua assinatura. DATA DA ASSINATURA: 29 de maio de 2018. FORO: Fica eleito o Foro da Comarca de Senador La Rocque - MA. SIGNATÁRIOS: Secretário Municipal de Assistência Social, Sr. Raimundo Nonato Pereira Barroso, pela Contratante e o Sr. RAFAEL LOBATO CARVALHO BRANCO, pelo detentor dos Preços Registrados.

LICITANTE: FUNERÁRIA PAX IMPERIAL EIRELI - ME						
CNPJ: 08.980.821/0001-43						
ENDEREÇO: RUA BENEDITO LEITE, 701, CENTRO, IMPERATRIZ - MA						
REPRESENTANTE: SR. RAFAEL LOBATO CARVALHO BRANCO						
TELEFONE: 99 3524 4154						
EMAIL: funerariapaximperial@outlook.com						
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	MARCA	QUANT.	V. Unitario	V. Total
1	URNA TIPO (01): URNA POPULAR INFANTIL DE 0,60 A 1,40 MT	Unid	PAX IMPERIAL	60	R\$ 308,00	R\$ 18.480,00
2	URNA TIPO (02): URNA POPULAR ADULTO 1411 DE 1,40 cm A 1,90 MT (SEM VISOR)	Unid	PAX IMPERIAL	124	R\$ 438,00	R\$ 54.312,00
3	URNA TIPO (03): URNA POPULAR ADULTO 1611 DE 1,40 cm A 1,90 MT (COM VISOR)	Unid	PAX IMPERIAL	124	R\$ 534,00	R\$ 66.216,00
4	URNA TIPO (04): URNA POPULAR ESPECIAL DE 0,08 A 2,10 MT	Unid	PAX IMPERIAL	60	R\$ 1.050,00	R\$ 63.000,00
VALOR TOTAL ESTIMADO R\$ (DUZENTOS E DOIS MIL E OITO REAIS)						R\$ 202.008,00

Senador La Rocque - MA, 29 de maio de 2018. Sr. Raimundo Nonato Pereira Barroso - Secretário Municipal de Assistência Social.

Autor da Publicação: HAYANNE KLISCIA LIMA DA SILVA

RESENHA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2018

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS, pelo período de 12 (doze) meses, para eventual prestação de serviços de reserva, emissão, marcação e remarcação de passagens aéreas nacionais, por intermédio de agência de viagens, destinadas à utilização por membros, servidores, colaboradores eventuais e demais pessoas autorizadas, no regular cumprimento da missão institucional da Prefeitura Municipal de Senador La Rocque - MA. VALOR TOTAL REGISTRADO: R\$ 4.000,00 (quatro mil reais). PARTES: Prefeitura Municipal de Senador La Rocque/MA, através da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, e a empresa: L TUR VIAGENS LTDA - ME; Pregão Presencial nº 018/2018. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 10.520/2002, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 033/2018, no Decreto Municipal nº 035/2018 (SRP), aplicando-se, subsidiariamente, no que couberem, a Lei Federal nº 8.666/1993, a Lei Complementar nº 123/2006 e demais normas pertinentes à espécie. PRAZO DE VALIDADE DA ATA: A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contada a partir da data de sua assinatura. DATA DA ASSINATURA: 25 de maio de 2018. FORO: Fica eleito o Foro da Comarca de Senador La Rocque - MA. SIGNATÁRIOS: Secretário Municipal de Administração e Planejamento, Sr. Francisco Jean da Silva Alves, pela Contratante, e a Sra. Leila Maria Carneiro Lopes, pelo detentor do Preço Registrado.

LICITANTE: L TUR VIAGENS LTDA - ME						
CNPJ: 23.423.288/0001-02						
ENDEREÇO: RUA BENEDITO LEITE, 438, CENTRO, IMPERATRIZ - MA						
REPRESENTANTE: SRA. LEILA MARIA CARNEIRO LOPES						

TELEFONE: 99 3524 4100 / 5100

EMAIL: leila@lturviagens.com.br

Item	Especificação	Unid.	QTD.	P. Unitário Registrado (R\$)	P. Total Registrado (R\$)
01	Serviços de reserva, emissão, marcação e remarcação de passagens aéreas nacionais.	SERVIÇO	200	20,00	4.000,00
VALOR TOTAL REGISTRADO R\$ (QUATRO MIL REAIS)					4.000,00

Senador La Rocque - MA, 25 de maio de 2018. Sr. Francisco Jean da Silva Alves - Secretário Municipal de Administração e Planejamento.

Autor da Publicação: HAYANNE KLISCIA LIMA DA SILVA

Prefeitura Municipal de Tutóia

AVISO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

AVISO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 2018.003.012.01/CP

Processo Administrativo: 001/2018/CP

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE REFORMA E PAVIMENTAÇÃO EM VIAS PÚBLICAS NA SEDE E LOCALIDADES DE TUTÓIA.

A Prefeitura Municipal de Tutóia/MA, por intermédio de sua Comissão Permanente de Licitação, torna público que houve a interposição de recurso administrativo pela Empresa **RESENDE ENGENHARIA LTDA** diante do julgamento das propostas das empresas habilitadas, em que foi declarada vencedora a Empresa **TRICONE CONSTRUTORA SERVIÇOS EIRELI - EPP**. Fica assim aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentação de contrarrazões diante do recurso interposto. O Recurso Administrativo na íntegra está à disposição dos interessados na sala da CPL.

Tutóia/MA, 29 de Maio de 2018.

DANIELA ROCHA DE AQUINO

Presidente da CPL

Autor da Publicação: Gean Nunes Oliveira

DECRETO Nº. 010/2018, DE 28 DE MAIO DE 2018.

DECRETO Nº. 010/2018, DE 28 DE MAIO DE 2018.

DECRETA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES E ÓRGÃOS PÚBLICOS MUNICIPAIS NO DIA 01 DE JUNHO DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TUTÓIA**, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município de Tutóia/MA e:

CONSIDERANDO que o próximo dia 01 de junho deste ano intercala-se entre o feriado de 31 de maio, "Corpus Christi" e o fim de semana.

DECRETA:

Art. 1º- Fica decretado Ponto Facultativo em todas as Repartições e Órgãos Públicos Municipais no dia 01 de junho (sexta-feira), do corrente ano, em razão do feriado de "Corpus Christi" que será no dia

31 de maio de 2018.

Art. 2º- Nas atividades tidas como essenciais o expediente será normal, em especial:

I - Limpeza Pública;

II - Hospital Municipal;

III - Segurança Pública;

IV - Comissão Permanente de Licitação.

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tutóia, Maranhão, em 28 de maio de 2018.

ROMILDO DAMASCENO SOARES

Prefeito Municipal

Autor da Publicação: Gean Nunes Oliveira

DECRETO Nº 009, DE 24 DE MAIO DE 2018

DECRETO Nº 009, DE 24 DE MAIO DE 2018.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE TUTÓIA, ESTADO DO MARANHÃO**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e,

CONSIDERANDO que, a atual gestão municipal não encontrou em seus arquivos qualquer procedimento licitatório capaz de sustentar um possível vínculo contratual do Município de Tutóia com a sociedade advocatícia **JOÃO AZÊDO E BRASILEIRO SOCIEDADE DE ADVOGADOS** e **MARANHÃO ADVOGADOS ASSOCIADOS**, tendo como objeto a prestação de serviços jurídicos para buscar a recuperação de créditos do FUNDEF.

CONSIDERANDO as decisões proferidas pelo Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, nos autos dos processos ns. 2.987/2017, 2.988/2017, 2.693/2017, 2.715/2017, 2.702/2017, 2.717/2017, 2.724/2017, 2.714/2017, 2.664/2017, 2.753/2017, 2.774/2017, 2.750/2017, 2.708/2017, 2.691/2017, 2.678/2017, 2.754/2017 e 2.711/2017, com apoio do Ministério Público de Contas e Controladoria Geral da União, reconhecendo a ilegalidade das contratações por municípios maranhenses da sociedade advocatícia **JOÃO AZÊDO E BRASILEIRO SOCIEDADE DE ADVOGADOS**, para a execução da sentença proferida nos autos da ACP nº 1999.61.00.0506160, da 19ª Vara Cível da Justiça Federal de São Paulo-SP, em favor dos respectivos municípios.

CONSIDERANDO que se encontra em tramite o Processo nº 1001874-97.2017.4.01.3700, AÇÃO CIVIL PÚBLICA, ajuizada pela UNIÃO contra **MARANHÃO ADVOGADOS ASSOCIADOS**, e cessão **JOÃO AZÊDO E BRASILEIRO SOCIEDADE DE ADVOGADOS** e contra o MUNICÍPIO DE TUTÓIA-MA, cujo objeto é o questionamento da contratação dos referidos escritórios de advocacia, demanda esta em tramite na 6ª Vara Federal de São Luis-Ma, inclusive com deferimento de medida liminar.

CONSIDERANDO que o município de Tutóia dispõe de advocacia pública municipal, representada pela Procuradoria Geral do Município, aquém compete a defesa dos interesses do município, seja judicial ou extrajudicial.

DECRETA:

Art. 1º- Fica rescindido/anulado todo e qualquer vínculo contratual que possa existir entre o Município de Tutóia e a sociedade advocatícia **MARANHÃO ADVOGADOS ASSOCIADOS** e **JOÃO AZÊDO E BRASILEIRO SOCIEDADE DE ADVOGADOS**, tendo como objeto a prestação de serviços jurídicos para buscar a recuperação de créditos do FUNDEF, contratos estes objeto do processo nº 1001874-97.2017.4.01.3700, AÇÃO CIVIL PÚBLICA, ajuizada pela UNIÃO contra **MARANHÃO ADVOGADOS ASSOCIADOS**, e cessão **JOÃO AZÊDO E BRASILEIRO SOCIEDADE DE ADVOGADOS** e contra o MUNICÍPIO DE TUTÓIA-MA, cujo objeto do questionamento é a contratação dos referidos escritórios de advocacia, demanda esta em tramite na 6ª Vara Federal de São Luis-Ma, inclusive com deferimento de medida liminar.

Art. 2º- Ficam revogadas todas as procurações outorgadas aos advogados ou aos escritórios **MARANHÃO ADVOGADOS ASSOCIADOS** e **JOÃO AZÊDO E BRASILEIRO SOCIEDADE DE ADVOGADOS**, que atuam nos autos do Processo nº 2007.37.00.007341-41 e processos a este vinculados.

Art. 3º- Determino que o Procurador Geral do Município assumo o patrocínio do Processo nº 2007.37.00.007341-41 e processos a este vinculados, em tramite na 6ª Vara Federal de São Luis-Ma.

Art. 4º- Comunique-se dessa decisão o Tribunal de Contas do Estado, Ministério Público de Contas do Estado, Controladoria Geral da União no Estado do Maranhão, e União por meio da AGU, o juízo da 6ª Vara Federal de São Luis-MA, Processo nº 2007.37.00.007341-41 e processos a este vinculados.

Art. 5º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tutóia, Estado do Maranhão, em 24 de maio de 2018.

ROMILDO DAMASCENO SOARES

Prefeito Municipal

Autor da Publicação: Gean Nunes Oliveira

NORMAS E ORIENTAÇÕES DE PUBLICAÇÃO

A Constituição Federal permite que cada município, como ente federado, possa se auto-organizar administrativamente (Art. 18 da CF/88) por meio de suas leis (arts. 29, 20, I, da CD/88)

A Lei Federal nº 8.666/93, no seu art. 6º, inciso XIII, conceitua imprensa oficial e declara que: “para a União é o Diário Oficial da União e para os Estados, Distrito Federal e Municípios, é o que for definido em suas leis.”

O Diário Oficial é criado através de Lei Municipal. A prefeitura envia e aprova o Projeto de Lei, conforme modelo fornecido pela FAMEM, para a Câmara Municipal.

O art. 48 da Lei Complementar nº. 101/00 considera o meio eletrônico como um instrumento de transparência da gestão fiscal.

A Lei nº 10.520/2002, no seu art. 4º, determina que a publicação do aviso de licitação, independentemente do seu valor, deve ser publicado no Diário Oficial do respectivo município.

DA PUBLICAÇÃO:

A publicação do diário oficial dos municípios será exclusivamente através do site: www.famem.org.br.

O município que desejar, poderá imprimir as edições para distribuição em seu município.

A produção e circulação do diário obedecerão ao seguinte:

DA INCLUSÃO DO CONTEÚDO NO SISTEMA DO DIÁRIO:

DA DATA:

As prefeituras municipais podem inserir suas publicações dentro do sistema do diário até as 22:00hs do dia corrente.

DA PUBLICAÇÃO:

As publicações sempre acontecerão às 5:00hs do dia seguinte.

OBS.: Lembrando que todo e qualquer conteúdo incluso pelas prefeituras no dia corrente para publicação dentro do sistema do diário, só será publicado no próximo dia útil, obedecendo assim os feriados nacionais e finais de semana.

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

- Formato: 21 x 29,7 cm (fechado)
- Cor: Preto e Branco
- Fonte: tamanho 8,5
- Número de Páginas: Determinado pela demanda
- Publicação: Diária

Para divulgar as publicações oficiais no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Maranhão, as prefeituras deverão seguir a seguinte normatização.

DO RECEBIMENTO:

- O conteúdo deverá ser enviado pela internet por meio da utilização da ferramenta de publicação do diário que já se

encontra disponível no site: diario.famem.org.br ;

- Todo o material enviado para publicação deverá ser realizado por meio de um funcionário da prefeitura previamente autorizado e capacitado pela FAMEM para utilização do sistema;

A FORMATAÇÃO:

O conteúdo inserido pelas prefeituras no sistema do diário, deverão obedecer à seguinte formatação: o editor de textos utilizado deve ser o “Word”; o corpo da letra (tamanho) será 8,5cm; usar espaçamento simples entre linhas; texto na cor preta (automática); selecionar fonte (estilo) Arial, com alinhamento justificado.

DA PUBLICAÇÃO:

- Só serão divulgadas no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Maranhão as publicações de municípios que aprovarem nas Câmaras Municipais o projeto de lei que autoriza as prefeituras a instituírem o diário como órgão oficial dos municípios;
- As publicações oficiais das prefeituras serão distribuídas no diário por ordem alfabética dos municípios, assim como os atos administrativos;
- O conteúdo publicado é de inteira responsabilidade do município que inseriu o material no sistema do diário para publicação;
- A publicação no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Maranhão substituirá as demais publicações impressas, para todos os efeitos legais, exceto para os editais de licitação na modalidade tomada de preços e concorrência, os quais, conforme disposto na Lei Federal nº 8.666/93, devem ser publicados também em diário de grande circulação.
- Algumas publicações ainda deverão ser realizadas pela Imprensa Oficial do Estado ou da União, quando se tratar de convênios ou outra forma de parceria com esses outros entes federativos.
- O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Maranhão será publicado no site simultaneamente à publicação impressa.
- O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Maranhão não circulará aos sábados, domingos e feriados.

DA DISTRIBUIÇÃO:

- A FAMEM disponibiliza todos os exemplares do Diário Oficial dos Municípios do Estado do Maranhão em seu site: diario.famem.org.br;

DO ARMAZENAMENTO:

- O material finalizado será armazenado em nuvem no ambiente tecnológico desta Federação e em encadernações mensais;
- Os e-mails recebidos também serão armazenados em nuvem em espaço de acesso restrito;
- O material também ficará acessível para consulta das prefeituras no site da FAMEM: www.famem.org.br

Obs.: A aceitação dos atos administrativos divulgados neste diário estão condicionadas à verificação de sua autenticidade na Internet.

ATOS QUE PODEM SER PUBLICADOS NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO MARANHÃO E ATOS QUE DEVEM SER PUBLICADOS EM OUTROS VEÍCULOS DE PUBLICAÇÃO

SÃO VEÍCULOS DE DIVULGAÇÃO DE ATOS:**I) VEÍCULOS OFICIAIS:**

- a) Diário Oficial da União;
- b) Diário Oficial do Estado;
- c) Diário Oficial dos Municípios, impressos ou eletrônicos.

II) VEÍCULOS PRIVADOS:

- a) Jornal diário de circulação nacional;
- b) Jornal diário de grande circulação no Estado;
- c) Jornal diário de circulação regional;
- d) Jornal diário de circulação local.

III) INTERNET:

- a) Sites oficiais; e
- b) Sites privados.

ATOS ADMINISTRATIVOS QUE DEVEM SER PUBLICADOS E OS VEÍCULOS A SEREM UTILIZADOS:**I - AVISOS DE ABERTURA DE LICITAÇÕES:**

- a) Obrigatoriedade de publicar o extrato dos editais de tomada de preços e concorrência no DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, quando se tratar de obras e serviços de engenharia com RECURSOS FEDERAIS (art. 21, § 4º da Lei Federal 8.666/93) e os de pregão quando o convênio ou o Decreto Municipal dispuser a respeito (art. 17, I, II, III do Decreto Federal 5.450/05), e poderão ser os editais publicados na íntegra no Diário Oficial dos Municípios;
- b) Obrigatoriedade de publicar o extrato dos editais de tomada de preços, concorrência, leilão e concurso no DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO (art. 21, § 4º, inciso II da Lei Federal 8.666/93) e poderão ser os editais publicados na íntegra no Diário Oficial dos Municípios;
- c) Obrigatoriedade de publicar o extrato dos editais de tomada de preços, concorrência, leilão e concurso no JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO NO ESTADO (art. 21, § 4º, inciso III da Lei Federal 8.666/93) e poderão ser os editais publicados na íntegra no Diário Oficial dos Municípios;
- d) Obrigatoriedade de publicar o extrato dos editais de tomada de preços, concorrência, leilão e concurso no JORNAL DE CIRCULAÇÃO LOCAL OU REGIONAL (art. 21, § 4º, inciso III da Lei Federal 8.666/93) e poderão ser os editais publicados na íntegra no Diário Oficial dos Municípios;
- e) Obrigatoriedade de publicar os editais de pregão na INTERNET e poderão ser os editais publicados na íntegra no Diário Oficial dos Municípios;
- f) Obrigatoriedade de divulgar a realização de audiência pública que deve anteceder a licitação ou conjunto de licitações em valores superiores a 100 vezes o limite estabelecido para a modalidade de concorrência nos mesmos meios de divulgação do edital respectivo;

g) OBRIGATORIEDADE DE DIVULGAR AS ALTERAÇÕES DOS EDITAIS de nos mesmos meios de divulgação do edital respectivo (art. 21, § 4º da Lei Federal 8.666/93).

II - DEMAIS ATOS DECORRENTES DA APLICAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES:

a) Obrigatoriedade de divulgação dos editais de convite no mural da Prefeitura (art. 21 e 22,

§ 3º da Lei Federal 8.666/93) e DEVERÃO também ser publicados na íntegra no Diário Oficial dos Municípios;

b) Obrigatoriedade de divulgação da relação mensal de compras (art. 16 e art. 24, IX da Lei Federal 8.666/93) no mural da Prefeitura ou na Imprensa Oficial do Município, que neste caso, depois de aprovada a Lei Municipal será o Diário Oficial dos Municípios;

c) Obrigatoriedade de divulgar na Imprensa Oficial do Município, que pode ser o Diário Oficial dos Municípios e no jornal diário de grande circulação no Estado, o chamamento público para registro cadastral (art. 34, § 1º da Lei Federal 8.666/93);

d) Obrigatoriedade de divulgar na Imprensa Oficial do Município (Diário Oficial dos Municípios) a RATIFICAÇÃO DAS DISPENSAS E DE INEXIGIBILIDADES DE LICITAÇÃO e o retardamento da execução de obra ou serviço (arts. 8º, 17, § 2º e 4º, 24, 25 e 26 da Lei Federal 8.666/93);

e) Obrigatoriedade de divulgar o extrato de contratos, ajustes e convênios e seus RESPECTIVOS ADITIVOS (art. 61, parágrafo único da Lei Federal 8.666/93) na Imprensa Oficial do Município (Diário Oficial dos Municípios);

f) Obrigatoriedade de divulgar as intimações dos julgamentos das fases de habilitação e de propostas, quando não estiverem todos os licitantes presentes no ato que adotou a decisão, da anulação e revogação de licitações e da rescisão de contratos (art. 109, § 1º, alíneas a e b da LF 8.666/93), na Imprensa Oficial do Município (Diário Oficial dos Municípios);

g) Obrigatoriedade de divulgar a justificativa do pagamento fora da ordem cronológica (art. 5º da Lei Federal 8.666/93) na Imprensa Oficial do Município (Diário Oficial dos Municípios);

h) Obrigatoriedade de divulgar os preços registrados (art. 15, § 2º da Lei Federal 8.666/93) na Imprensa Oficial do Município (Diário Oficial dos Municípios);

i) Obrigatoriedade de divulgar as decisões de impugnações de editais, as decisões de recursos, os atos de cancelamento, adiamento, adjudicação e homologação de licitações, convocação para sorteio e demais avisos e decisões ocorridas no curso do procedimento licitatório aos licitantes, o que pode ser feito através do Diário Oficial dos Municípios. Caso envolva recursos federais, deverá também ser publicado no Diário Oficial da União, e na hipótese de envolver recursos do Estado do Maranhão, no Diário Oficial do Estado do Maranhão.

III - OUTROS ATOS OFICIAIS QUE PODEM E DEVEM SER DIVULGADOS POR MEIO DO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS:

Poderão ser publicados na íntegra no Diário Oficial dos Municípios:

a) as Leis Municipais e demais atos resultantes do processo legislativo das Câmaras Municipais, tais como, projetos de lei e vetos;

b) os Decretos e outros atos normativos baixados pelos Prefeitos e Presidentes das Câmaras Municipais, tais como portarias, resoluções, instruções normativas, orientações normativas;

c) os atos dos Secretários Municipais, baixados para a execução de normas, com exceção dos de interesse interno dos municípios, tais como: despachos circulares, ordens de serviço, licenças diversas, alvarás, entre outros;

d) atos administrativos cuja publicidade seja obrigatória nos termos da legislação federal, conforme antes apontado, bem como da legislação municipal;

e) atos administrativos diversos emanados de qualquer órgão municipal, inclusive conselhos de políticas públicas, tais como pautas, atas, pareceres;

f) atos relacionados à área de recursos humanos, a exemplo de: atos relacionados a concurso público (edital, homologação de inscrições, resultado e classificação de aprovados, decisões de recursos, homologação do concurso, convocação para posse e nomeação), aposentadoria, aproveitamento, demissão, exoneração, falecimento, nomeação de servidores efetivos, comissionados e temporários, promoção, recondução, reintegração, reversão, readaptação, transferência, inclusive a nomeação de comissões de sindicância e processo administrativo disciplinar e demais atos passíveis de publicação decorrentes destes processos;

g) atos decorrentes da aplicabilidade da Lei de Responsabilidade Fiscal, ainda que não sejam de publicidade obrigatória, tais como parecer prévio do controle interno, planos, prestação de contas, relatórios de gestão fiscal (publicidade obrigatória), relatórios resumidos da execução orçamentária (publicidade obrigatória) e versões simplificadas desses documentos. Os atos de publicidade obrigatória, acima referidos, deverão ser divulgados de modo a permitir o mais amplo acesso ao público, inclusive por meio eletrônico, jornal local ou Diário Oficial, juntamente com a fixação no mural dos órgãos.

IV - ATOS QUE DEVEM SER PUBLICADOS NA HOMEPAGE CONTAS PÚBLICAS DO TCU (LEI FEDERAL 9.755/98):

a) balanço consolidado das contas dos municípios, suas autarquias e outras entidades;

b) balanços do exercício anterior;

c) orçamentos do exercício;

d) quadros baseados em dados orçamentários, demonstrativos de receita e despesa;

e) ratificações das dispensas e inexigibilidades (obrigatório divulgar na Imprensa Oficial);

f) recursos repassados voluntariamente;

g) relação de compras (obrigatório divulgar na Imprensa Oficial);

h) relatórios resumidos da execução orçamentária – demonstrativos

bimestrais;

i) resumos dos instrumentos de contrato e de seus aditivos (obrigatório divulgar na Imprensa Oficial);

j) tributos arrecadados.


Todos estes atos também podem ser publicados no Diário Oficial dos Municípios para dar maior transparência à gestão municipal.

*A seguir, quadro resumo sobre os atos e veículos de publicação

ATO	BASE LEGAL	DOM	DOE	DOU	JGCE	JGL/R	WEB	HOME	MURAL
LICITAÇÕES									
Aviso de Tomada de Preços, Concorrência, Concurso e Leilão.	Art. 21 da Lei 8.666/93	X	X	X	X	X			
				(Obras com recursos federais)					
				OBRIGATÓRIO					
Chamamento do registro cadastral	Art. 34 da Lei 8.666/93	X			X				
Os atos a seguir, se publicados no Diário Oficial dos Municípios que é a imprensa oficial do Município, não precisam ser publicados em outro jornal.									
Aviso de Convite	Art. 21 e 22, §3º da Lei 8.666/93	X							X
Aviso de Pregão	Lei 10.520/2002	X					X		
Relação mensal de Compras	Art. 16 da Lei 8.666 e Lei 9.755/98	X						X	X
Ratificação de dispensa	Art. 66 da Lei 8.666 e Lei 9.755/98	X						X	
Ratificação de Inexigibilidade	Art. 26 da Lei 8.666 e Lei 9.755/98	X						X	
Retardamento da execução de obras ou serviços	Art. 26 da Lei 8.666/93	X							
Extrato dos contratos, ajustes e convênios	Art. 61 da Lei 8.666/93 e Lei 9.755/98	X						X	
Decisão habilitação e classificação de Propostas se ausentes licitantes no ato licitatório.	Art. 109 da Lei 8.666/93	X							
Justificativa de pagamento fora da ordem cronológica	Art. 5º da Lei 8.666/93	X							
Preços registrados	Art. 15 da Lei 8.666/93	X							
Decisão de impugnação de editais	Art. 41 da Lei 8.666/93	X							
Decisão de recursos	Lei 8.666/93	X							
Revogação de Licitação	Lei 8.666/93	X							
Anulação de Licitação	Lei 8.666/93	X							
Adjudicação de Licitação	Lei 8.666/93	X							
Convocação de Licitação	Lei 8.666/93	X							
Apostilas	Art. 61 da Lei 8.666/93 e Lei 9.755/98	X							
GESTÃO FISCAL									
RREO	Art. 52 da LC 101/2000	X				X	X		X
RGF	Art. 55 e 63 LC 101/2000	X				X	X		X
PROCESSO LEGISLATIVO									
Projetos de Lei	Art. 37 CF	X							
Vetos	Art. 37 CF	X							
Leis	Art. 37 CF	X							
Decretos	Art. 37 CF	X							
Portarias	Art. 37 CF	X							
Resoluções	Art. 37 CF	X							
Instruções Normativas	Art. 37 CF	X							
Orientações Normativas	Art. 37 CF	X							
ATOS ADMINISTRATIVOS DIVERSOS									
Ordens de Serviços	Art. 37 CF	X							
Pareceres	Art. 37 CF	X							
Licenças Municipais	Art. 37 CF	X							

Despachos	Art. 37 CF	X							
Circulares	Art. 37 CF	X							
Atas de Conselhos	Art. 37 CF	X							
Balanço do exercício anterior	Lei 9.755/98	X						X	
Balanço consolidado	Lei 9.755/98	X						X	
Orçamento do exercício	Lei 9.755/98	X						X	
Quadro demonstrativo da Receita e despesa	Lei 9.755/98	X						X	
Rec. repassados voluntariamente	Lei 9.755/98	X						X	
Tributos arrecadados	Lei 9.755/98	X						X	
ÁREA DE PESSOAL									
Edital de Concurso Público	Art. 37 CF	X							
Homologação de insc. Conc. Público	Art. 37 CF	X							
Resultado e classif. Conc. Público	Art. 37 CF	X							
Decisão de recursos em Conc. Público	Art. 37 CF	X							
Homologação de Conc. Público	Art. 37 CF	X							
Convocação p/ posse e nomeação	Art. 37 CF	X							
Aposentadoria de servidores	Art. 37 CF	X							
Demissão de servidores	Art. 37 CF	X							
Aproveitamento de servidores	Art. 37 CF	X							
Exoneração de servidores	Art. 37 CF	X							
Falecimento de servidores	Art. 37 CF	X							
Nomeação de servidores	Art. 37 CF	X							
Promoção de servidores	Art. 37 CF	X							
Recondução de servidores	Art. 37 CF	X							
Reintegração de servidores	Art. 37 CF	X							
Reversão de servidores	Art. 37 CF	X							
Readaptação de servidores	Art. 37 CF	X							
Transparência de servidores	Art. 37 CF	X							
Cessão de servidores	Art. 37 CF	X							

This document is signed by

	Signatory	CN=FEDERACAO DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO MARANHÃO:12526786000164, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Date/Time	Wed May 30 06:00:18 BRT 2018
	Issuer-Certificate	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Serial-No.	6413432659531396474
	Method	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)